

XXI

Mestres de ontem

(Resumo biográfico)

AFONSO PENA

(Afonso Augusto Moreira Pena)

Nasceu na cidade de Santa Bárbara, em 30 de novembro de 1847, vindo a falecer em 14 de junho de 1909, no Rio.

Bacharelou-se em São Paulo, no ano de 1870 e, pouco depois, defendeu tese de doutorado.

Veio exercer a advocacia em sua terra natal, fazendo-o, também, em Barbacena, depois do que foi eleito Deputado à Assembléia Provincial, em várias legislaturas. Eleito Deputado Geral, ocupou sua cadeira representativa até 1889, deixando-a, apenas, em três oportunidades, para desempenhar funções de Ministro de Estado, após o que era sempre reeleito: no gabinete Martinho Campos foi Ministro da Guerra; no gabinete Lafaiete exerceu o Ministério da Agricultura e, interinamente, o da Guerra; e, no gabinete Saraiva, em 1885, foi Ministro do Interior e Justiça.

Proclamada a República, Afonso Pena tentou retirar-se da vida pública, mas foi obstado com sua eleição para a Assembléia Constituinte de Minas, na qual foi presidente da Comissão que se encarregou da redação da Constituição do Estado. Em 30 de junho de 1892, foi eleito Presidente do Estado, após renúncia de Cesário Alvim. Durante seu governo, mudou-se a Capital do Estado para Belo Horizonte, em 13 de dezembro de 1893. Ainda durante seu governo lançou o primeiro "Manifesto ao Mineiros", em 11 de dezembro de 1893, quando o almirante Saldanha da Gama aderiu à revolta da armada de 6 de setembro do mesmo ano. Esse documento muito contribuiu para a vitória da causa legal e valeu a Afonso Pena as honras de general de brigada, "por inextinguíveis serviços prestados à República", segundo os termos do Decreto assinado por Floriano Peixoto.

Terminado o mandato, retirou-se para Santa Bárbara e dedicou-se, algum tempo, à "sua Faculdade". Mas, em 1894, foi nomeado para o Supremo Tribunal Federal e, em 1895, para dirigir o então Banco da República (atual Banco do Brasil), no governo Prudente de Moraes. Finda sua missão, em 1895 mesmo retornou, por pouco tempo, à sua cátedra na Faculdade e à direção do Instituto. Em 1896, foi eleito membro e Presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e, em 1899, Senador Estadual. Em 18 de fevereiro de 1903, foi conduzido à Vice-

Presidência da República, em substituição a Silviano Brandão, que não chegara a empossar-se no cargo. E, finalmente, em 1º de março de 1906, foi alçado à Presidência da República, cargo que exerceu até sua morte.

Afonso Pena foi o grande fundador da Faculdade, a que seu nome benemérito se ligou, indelêvelmente. Em 13 de novembro de 1892, foi eleito o primeiro Diretor da Escola que fundára e ao posto foi reconduzido, sucessivamente, até 1909, não obstante seus forçados afastamentos. Em 10 de dezembro de 1892, assumiu sua cátedra de Ciência das Finanças e Contabilidade Pública, do curso de ciências sociais, e cuja denominação alterou-se, mais tarde, para Economia Política e Ciência das Finanças. Afastou-se, primeiramente, em 1893, voltando à Faculdade, espaçadamente, quando as honrosas comissões de serviço público federal e estadual o permitiam, como ocorreu em 1894 e 1895 e, mais demoradamente, de abril de 1899 até 19 de junho de 1903, quando foi assumir a Vice-Presidência da República.

No dia imediato ao do seu falecimento, a Congregação da Faculdade reuniu-se, em sessão especial, para receber a comunicação oficial do infausto passamento de seu benemérito fundador e Diretor e notável mestre.

Na cadeira de Economia e Finanças substituiu-o o dr. Bernardino Augusto de Lima e, na direção da Faculdade, o dr. Antônio Gonçalves Chaves.

ADALBERTO FERRAZ

(Adalberto Dias Ferraz da Luz)

Nasceu na cidade mineira de Pouso Alegre, no dia 23 de julho de 1863, tendo falecido aos 27 de outubro de 1912, em Belo Horizonte.

Após curso brilhante, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, regressando à sua terra natal.

Foi, primeiramente, Juiz Municipal de Pouso Alegre e, transferido para Ouro Preto, elegeu-se Deputado à primeira Constituinte Mineira, em 1889. Em 1892, o Conselheiro Afonso Pena, assumindo o govêrno, nomeou-o Chefe de Polícia do Estado.

Depois de ter sido Consultor Jurídico da Comissão Construtora de Belo Horizonte e promovida a transferência do govêrno para a nova Capital, o dr. Bias Fortes nomeou-o primeiro Prefeito de Belo Horizonte, em 1897. Seu govêrno municipal deixou marcas admiráveis de seu senso administrativo, que abriu amplas perspectivas de êxito aos seus sucessores.

Aqui, Adalberto Ferraz foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia e seu primeiro Provedor. Foi Fiscal da Estrada de Ferro Leopoldina e, mais tarde, Deputado Federal e líder da bancada mineira. Durante o govêrno Campos Sales foi, em 1901, líder da maioria, na Câmara.

Nomeado Juiz Distribuidor do forum do Rio, exerceu o cargo por pouco tempo, licenciando-se, por motivo de saúde, até que veio a falecer.

Tendo participado da fundação da Faculdade, Adalberto Ferraz foi nomeado Lente Substituto da primeira secção e assumiu as funções em 10 de dezembro de 1892. Em 11 de dezembro de 1894 formulou sua primeira renúncia, em virtude de estar exercendo outro cargo, na futura Capital. Em 24 de novembro de 1898 voltou a integrar o corpo docente da Faculdade, como Lente Substituto da sexta secção, tendo regido a cadeira de Direito Comercial. Em 9 de setembro de 1899 renunciou, pela segunda vez.

ADOLFO OLINTO

(Adolfo Augusto Olinto)

Nascido em Alfenas, Minas Gerais, aos 25 de julho de 1834, faleceu no Rio, aos 12 de agosto de 1898.

Fêz seu curso fundamental em Minas e matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1859, juntamente com Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Campos Sales e Cesário Alvim, bacharelando-se em 1863, com as melhores notas do curso.

De família pobre, Adolfo Olinto dispôs-se a trabalhar, tão logo concluiu o curso superior. Abriu banca de advogado em Valença, no Estado do Rio e, ao mesmo tempo, trabalhou no escritório do Visconde de Araxá.

Mais tarde, foi nomeado Juiz Municipal e de Órfãos do município de Tamanduá, hoje comarca de Itapeçerica. Em 1872, criada a comarca de Itajubá, foi nela provido como Juiz de Direito, servindo ali durante dezoito anos, após o que foi removido para a comarca de Pirapetinga, onde não chegou a ter exercício, por lhe ter sido designada, dois meses depois, a comarca de Rio das Mortes, hoje São João-del-Rei. Após exercer as funções durante menos de um ano, foi nomeado Desembargador da Relação de Minas Gerais, Tribunal de que foi Presidente.

Em agosto de 1897, Adolfo Olinto foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal e, cinco dias antes de sua morte, foi nomeado Procurador Geral da República.

Adolfo Olinto foi admitido no corpo docente da Faculdade, em 15 de março de 1896, como Substituto da sexta secção. Em 4 de novembro de 1897, a Congregação concedeu-lhe licença, pelo prazo de um ano, considerando o fato de estar no exercício do cargo de Ministro do Supremo. Ocorrendo seu falecimento, em 1898, sua função foi considerada vaga, ocupando-a o novo substituto da secção, dr. Adalberto Ferraz.

AFONSO ARINOS

(Afonso Arinos de Melo Franco)

Nasceu em Paracatú, Minas Gerais, em 1º de maio de 1858, e faleceu na cidade de Barcelona, na Espanha, aos 19 de fevereiro de 1916.

Fêz seus primeiros estudos em sua terra natal e no Colégio "Padre Machado", de São João-del-Rei. Concluiu o curso de humanidades no Ateneu Fluminense e matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde recebeu o diploma de bacharel em 31 de outubro de 1889.

Regressou por pouco tempo a Minas e, indicado por concurso, foi lecionar História Universal no Ginásio de Ouro Prêto. Ali, participou dos movimentos tendentes à criação da Faculdade, após o que, a convite de Eduardo Prado, foi dirigir o órgão "Comércio de São Paulo", pelo qual desenvolveu ferrenha campanha contra o regime republicano que se instituíra, fiel às suas tendências monarquistas. Nesse período, publicou "Pelo Sertão" e a narrativa "Os Jagunços".

De novo em Minas, lecionou, fêz jornalismo, advogou e viveu, intensamente, uma brilhante vida de escritor, especialmente como folclorista e contista. Entre suas obras destacam-se os romances "Ouro! Ouro!" e "O mestre do campo", além de outras que o credenciaram a um lugar na Academia Mineira de Letras, como "Contratador de Diamantes" e "Notas do Dia".

Deixou inúmeros artigos esparsos e variadas notas sôbre conferências que pronunciou a favor dos nordestinos e flagelados pela sêca.

Advogou no Rio, por algum tempo, até transferir-se para Paris, na França, onde fundou um grande escritório bancário.

Afonso Arinos foi um dos fundadores da Faculdade e — dizem as crônicas da época — um dos mais entusiasmados propagandistas desse movimento, juntamente com seu irmão Virgílio de Melo Franco e seu sobrinho Afrânio. Secretário da sessão inaugural, lavrou a ata de fundação, aos 4 de dezembro de 1892. Em 10 de dezembro empossou-se como Lente de Direito Criminal, do curso de ciências jurídicas, transferindo a Secretaria a Afrânio de Melo Franco. Licenciou-se em dezembro de 1893 e foi substituído por Raimundo Corrêa. Voltou, porém, a lecionar em 1894, até novembro, inclusive a cadeira de Direito das Gentes e Diplomacia, em substituição a João Pinheiro. Requereu nova licença a partir de abril de 1896, até novembro, e, daí em diante, até solicitar exoneração, o que ocorreu em 25 de maio de 1897.

Sua vaga, ocupou-a o dr. Rodrigo Bretas de Andrade, em 1897.

AFONSO PENA JÚNIOR

(Afonso Augusto Moreira Pena Júnior)

Nasceu na cidade mineira de Santa Bárbara, no ano de 1879.

Seus exames preparatórios foram prestados no Ginásio de Barbacena, de 1896 a 1898, acabando por matricular-se nesta Faculdade, em 7 de março de 1898, para bacharelar-se na turma de 1902, em 30 de novembro.

Foi advogado de várias empresas americanas e inglesas e, de 1903 a 1907, exerceu mandato legislativo estadual, renovado em 1908. Renunciou à vida pública em 1911, abandonando a política.

Depois disso, participou do Conselho Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e somente se afastou desse estabelecimento por imposição do governo ditatorial, quando após sua assinatura ao famoso "Manifesto dos Mineiros", em 1943.

Tendo participado da campanha civilista de Rui Barbosa, voltou a afastar-se da política, até quando o Presidente Artur Bernardes conseguiu reintegrá-lo à vida pública. Foi eleito Deputado Estadual e líder da bancada republicana no Congresso Mineiro. Mais tarde, foi Secretário do Interior do Governo Bernardes e eleito Deputado Federal, pelo primeiro Distrito de Minas.

Tendo sido alçado à Presidência da República o dr. Artur Bernardes, Afonso Pena Júnior foi convocado a prestar serviços à sua administração, tendo assumido o Ministério da Justiça.

Em 1924, foi eleito membro da Academia Mineira de Letras e, em março de 1936, foi nomeado Reitor da Universidade do Rio de Janeiro.

Lente Substituto Extraordinário desta Faculdade, em 5 de março de 1908, Afonso Pena Júnior foi promovido a Catedrático de Direito Público Internacional, na vaga de Tito Fulgêncio — que se transferiu para a cátedra de Direito Civil —, em 13 de dezembro de 1911. Pouco depois, em 17 de março de 1912, transferiu-se para a cátedra de Direito Civil, graças à troca com Edmundo Lins. Exerceu a cadeira até 14 de março de 1933, quando obteve licença.

Seu substituto interino foi o dr. João Franzen de Lima. Em 1951, todavia, sua cadeira foi considerada vaga, motivando o concurso que a preencheu, em definitivo, mediante provimento, nela, do dr. Darcy Besson de Oliveira Andrade, em 1º de dezembro de 1952.

AFRÂNIO DE MELO FRANCO

(Afrânio Otingy de Melo Franco)

Filho de Virgílio de Melo Franco, era natural de Paracatú, Minas Gerais, onde nasceu em 25 de fevereiro de 1872. Faleceu no Rio, em 1943.

Depois de fazer estudos preparatórios nos Colégios Padre Machado, de São João-del-Rei, e Abílio, de Barbacena, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, na turma de 1891.

Voltou a Minas, como Promotor de Justiça em Queluz e Juiz de Fora, depois de passar, ligeiramente, por Ouro Preto. Em seguida, foi Procurador da República em Minas Gerais e iniciou-se na diplomacia, assumindo a Legação do Brasil no Uruguai e, posteriormente, na Bélgica.

Deixando a carreira diplomática, voltou a Belo Horizonte, em 1903, montando escritório de advocacia. Não demorou até que foi eleito Deputado ao Congresso Estadual, onde atuou de 1903 a 1906, travando grandes debates com Carlos Peixoto, debates que se repetiram no Congresso Federal, onde atuou a partir de 1906. Na Câmara Federal participou da Comissão de Constituição e Justiça, de que foi Presidente. Em 1912 emprestou especial cuidado à elaboração do projeto de Código Civil, sendo relator geral da Comissão que o organizou. Participou da Comissão de Diplomacia e Tratados, de que também foi Presidente.

Foi Secretário das Finanças no governo Artur Bernardes e, logo depois, Ministro da Viação no governo Delfim Moreira, de 1919 a 1920. Integrou a representação brasileira que participou das reuniões de Santiago (1923) e Montevidéo (1933) e foi Juiz Permanente do Tribunal de Haya, depois de integrar as delegações que compareceram às conferências internacionais da Bolívia (1917) e Washington (1921). Depois chefiou representação brasileira em Lima (1938), presidiu a comissão de técnicos para a codificação do Direito Internacional Americano, foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional Americano, foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e Presidente da Comissão Inter-Americana de Neutralidade.

Desde que proclamada a República, Afrânio de Melo Franco foi um conciliador, convocando ilustres figuras dos antigos partidos do Império para cooperarem na obra de organização republicana. Personalidade de elevados títulos foi conciliador até o fim, como diria um de seus biógrafos, porque incarnou, esplêndidamente, um profundo sentimento de aproximação humana, desde o princípio de sua vida pública, até quando, no termo dela, harmonizou os problemas de Perú e Colômbia, no dissídio de Letícia.

Afrânio de Melo Franco ligou-se à fase primitiva da Faculdade, tomando parte nos trabalhos e esforços em prol de sua fundação. Não quiz ser professor desde o início da vida da Escola, porque "a fé e a

coragem, que o animavam naqueles dias da mocidade, levaram-no a preferir ao lugar de lente fundador o de Secretário”, cargo que exerceu de 10 de dezembro de 1892 até 1896. Em 11 de setembro de 1904, porém, era nomeado Lente Substituto da segunda secção, tendo exercido a cátedra de Direito Público Internacional e Diplomacia até 1905. Em 21 de agosto de 1912 foi promovido a Catedrático de Direito Público Internacional, na vaga de Pádua Rezende.

Ocupada, primeiramente, por vários substitutos, sua vaga foi preenchida, definitivamente, em 1º de dezembro de 1952, pelo dr. Gerson Boson.

ALFREDO VALADÃO

(Alfredo de Vilhena Valadão)

Natural da cidade mineira de Campanha, nasceu ali no ano de 1873.

Fêz seus primeiros estudos em Minas Gerais e formou-se em 1894, em ciências jurídicas, e, em 1895 em ciências sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Logo que formado, estabeleceu escritório de advocacia no Sul de Minas e, ao mesmo tempo em que se consagrava aos estudos aperfeiçoados das ciências jurídicas, também foi tentado pela experiência política. Em 1896 candidatou-se a uma cadeira no Congresso Federal, pela oposição. A pressão situacionista obstou sua eleição e êle, decepcionado, abandonou, de vez, a experiência.

Em 1901 transferiu-se para São Paulo. Ali residiu e advogou, até 1903, quando voltou a Minas e fixou-se em Belo Horizonte, onde estabeleceu seu escritório. Em 1903 mesmo, foi nomeado Delegado Fiscal do Governo Federal junto a esta Faculdade.

Em 1923, transferido para o Rio, assumiu o cargo de professor substituto da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, hoje Faculdade Nacional de Direito, a convite do Conde Afonso Celso, seu diretor. Em 1924 era, já, Catedrático de Teoria do Processo Civil e Comercial, cadeira que, em 1931, passou a denominar-se Direito Judiciário Civil. Permaneceu no exercício daquela cátedra até 1935, quando foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas, representando o Ministério Público.

É membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Data de 1902 seu primeiro trabalho jurídico: "O Direito Comercial em face do Projeto de Código Civil — Unificação do Direito Privado". Em 1904, publicava sua primeira obra sobre Direito das Águas — "Rios públicos e particulares" —, dedicando, mais tarde, a melhor parcela de seus estudos às pesquisas nêsse mesmo campo, tendentes à elaboração do Projeto de Código das Águas, de 1907, remodelado em 1933. Publicou "Estudos sobre o Tribunal de Contas", em 1911, "O Abuso do direito", em 1912 e "O Ministério Público no Tribunal de Contas", em 1914. De suas obras históricas devem ser referidas "Campanha da Princeza", de 1912 e "Da aclamação à maioria", em 1934.

Alfredo Valadão foi nomeado Lente Substituto desta Faculdade, em 11 de setembro de 1904, tendo exercido, até 1905, as cadeiras de Filosofia do Direito e Direito Romano, nos impedimentos dos titulares. Renunciou em 16 de novembro de 1905.

ARTUR RIBEIRO

(Artur Ribeiro de Oliveira)

Nasceu na cidade mineira de Entre-Rios, em 12 de junho de 1866, e faleceu no Rio, aos 24 de março de 1936.

Fêz estudos secundários no Colégio do Caraça, matriculando-se, depois dos preparatórios, na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual foi graduado em 31 de outubro de 1888.

Voltou a Entre-Rios para exercer a Promotoria de Justiça, a partir de 26 de novembro de 1888. Logo depois, foi nomeado Juiz Municipal da mesma cidade, permanecendo ali até 1892. Tendo o Presidente João Pinheiro assinado sua nomeação para Juiz de Direito de Caeté, em 7 de março de 1892, Artur Ribeiro preferiu permutar esse cargo com o de Juiz de Direito da comarca de Prados, de onde foi removido, a seu pedido, em 1895, para Entre-Rios. Logo a seguir, porém, e no governo Francisco Sales, foi nomeado Procurador Geral do Estado, realizando uma grande tarefa, marcada de iniciativas preciosas, entre as quais a reforma do Ministério Público.

Nomeado Desembargador da Relação, com assento na Câmara Civil, trabalhou ao lado de Edmundo Lins, Tito Fulgêncio, Carvalho Drumond e Rafael Magalhães. Coube-lhe proceder aos estudos para a reforma judiciária do Estado, iniciada com a Lei 375, de sua inspiração. Fêz, depois, o ante-projeto do Código de Processo Civil do Estado e, depois desse projeto convertido em lei, comentou-o, em proveitoso trabalho. Acabou alçado à Presidência do Tribunal da Relação.

Em 1923 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Comissão de Projeto do Código do Processo Civil e Comercial da República. Em 1935 publicou seu magnífico trabalho sobre a matéria, a que dedicára todos os seus esforços e as melhores luzes de sua admirável cultura.

Artur Ribeiro ingressou no corpo docente da Faculdade, em 13 de março de 1911, como Lente Substituto Extraordinário, tendo exercido cadeiras diversas, até que se fixou na de Direito Criminal, depois Penal, como Substituto da quarta secção. Em 28 de julho de 1913 foi promovido a Catedrático, na vaga do Desembargador Ferreira Tinôco.

Eleito Vice-Diretor da Faculdade, em 1º de dezembro de 1916, substituiu a Edmundo Lins na direção da Escola, quando êste renunciou para assumir o mesmo cargo a que Artur Ribeiro seria elevado a seguir: Ministro do Supremo. Em 3 de setembro de 1917, obteve escolha unânime para a direção. Em 7 de agosto de 1923, renunciou à direção e à cátedra de Direito Penal, em virtude de sua nomeação para Ministro

do Supremo Tribunal. E, em sessão de 1º de março de 1924, a Congregação, considerando os relevantes serviços prestados à casa pelo dr. Artur Ribeiro, elegeu-o Lente Honorário.

O dr. Mendes Pimentel substituiu-o na direção da Escola. Pela sua cadeira passaram, interinamente, os drs. Gudesteu Pires, desde agosto de 1923, e Francisco Brant, a partir de 16 de abril de 1925. O preenchimento definitivo de sua vaga ocorreu, em 9 de novembro de 1951, com o provimento nela do dr. Lydio Machado Bandeira de Mello.

AUGUSTO DE LIMA

(Antônio Augusto de Lima)

Nasceu em Congonhas de Sabará, hoje Nova Lima, em 5 de abril de 1859, sabendo-se que a nova denominação da velha cidade vem de 1892 e foi adotada em homenagem ao seu ilustre filho. Faleceu em 22 de abril de 1934.

Fêz o curso de humanidades no Seminário de Mariana, onde teve por mestre, entre outros, quem seria, mais tarde, o primeiro arcebispo de Mariana: D. Silvério Gomes Pimenta. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e ali concluiu o curso, em 1882.

Ainda como acadêmico, publicou seus primeiros versos no jornal diário "A Comédia", de Silva Jardim, iniciando o chamado "filosofismo poético" com Raimundo Corrêa, Fontoura Xavier, Afonso Celso e Assis Brasil. Em São Paulo, ainda, publicou seu primeiro e mais comentado volume — "Contemporâneas" —, obra editada em 1887 e definida como o livro daquela época, pelos seus "versos substancialmente bem feitos e trabalhados, fortes e sonóros, todos de um conceito filosófico profundo".

O ano de 1888 foi encontrá-lo em Leopoldina, no interior mineiro, como Juiz Municipal. Em 1889 foi transferido, como Juiz de Direito, para a comarca de Conceição da Serra, no Espírito Santo. Ali compôs "Paisagem nostálgica" e, licenciado, voltou ao Rio em busca de uma comarca melhor. Criada a de Dolores da Boa Esperança, foi provido nela, no govêrno Deodoro. Mas não chegou a assumir as funções, porque o mandaram a Ouro Preto, como Chefe de Polícia. Sua carreira política iniciou-se, então.

Em 1891 substituiu a Bias Fortes no govêrno de Minas, para realizar todos os trabalhos preliminares tendentes à mudança da Capital. Coube-lhe, inclusive, fixar o local da nova metrópole assim como passar o govêrno, com as providências e deliberações iniciais de transferência já tomadas. Voltou a ser Juiz, agora em Ouro Preto, até que, no govêrno Silvano Brandão, foi feito Diretor do Arquivo Público Mineiro e, em seguida, Delegado de Minas na questão de limites com o Espírito Santo e Goiás.

Fundada a Academia Mineira de Letras, em 1910, foi eleito seu Presidente de Honra e, em 1903, já era membro da Academia Brasileira de Letras. Fêz jornalismo atuante desde 1910, no "Diário de Minas", até que foi eleito Deputado Federal, por Minas Gerais. Sua atuação na Câmara foi sobremodo brilhante e, nela, Augusto de Lima se destacou como dos mais atuantes representantes liberais, tendo participado, ativamente, do movimento que conduziu à revolução de 1930. Após a revolução, foi eleito Deputado Constituinte e exerceu a direção do jornal "A Noite", no Rio.

Um dos fundadores da Faculdade, Augusto de Lima assumiu, em 10 de dezembro de 1892, a cadeira de Filosofia e História do Direito, dos cursos de ciências jurídicas e sociais. Em 1894, substituiu a João Píneiro, durante três meses, na regência da cátedra de Direito das Gentes e Diplomacia. Permutou com Camilo de Brito, em 8 de abril de 1899, transferindo-se para o curso de Prática Forense. Licenciou-se, por três meses, em 28 de fevereiro de 1900, e prorrogou seu afastamento, por igual período, em 30 de agosto. Com a reforma de 1900 ficou em disponibilidade, dedicando-se à substituição eventual de seus companheiros, como ocorreu quando no exercício de Direito Criminal, em 1902; de Filosofia, em 1903, e de Direito Público, nesse mesmo ano. Estando ainda em disponibilidade, foi promovido a Catedrático de Filosofia, em 16 de novembro de 1908, na vaga de Estevão Lobo. Em 17 de março de 1912, porém, transferiu-se para a cadeira de Direito Público, mediante permuta com Afonso Pena Júnior. Exerceu sua cátedra, até que se licenciou, para representar o Estado com mandato federal.

Sua vaga foi preenchida pelo dr. José Eduardo da Fonsêca, em 1925, porque em 30 de abril Augusto de Lima requereu, e obteve, sua transferência para a cátedra de Direito Internacional Privado. Nesta cadeira seu substituto definitivo foi o dr. Amílcar de Castro, em 1940.

BARCELOS CORRÊA

(Francisco de Assis Barcelos Corrêa)

Nasceu em Ouro Preto, em 1868, e faleceu em Belo Horizonte, aos 2 de maio de 1930.

Tendo feito os preparatórios em sua própria terra natal, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual concluiu o curso e obteve o diploma de bacharel em 7 de novembro de 1888, quando já se fazia notar como ardoroso republicano.

Exercendo a advocacia em Ouro Preto, ali mesmo ocupou, mais tarde, os cargos de Intendente Municipal, Delegado Especial de Instrução Pública e Fiscal dos exames gerais e preparatórios. Em junho de 1890 exonerou-se, indo ocupar o posto de Secretário do Estado, cujo desempenho lhe valeu os melhores elogios de Cesário Alvim. No período de organização do Estado, atuou brilhantemente, estendendo sua colaboração aos governos de João Pinheiro, seu grande amigo, e Bias Fortes.

Em 1892 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Prados e, em 1894, removido para Caeté, onde permaneceu durante onze anos consecutivos. No final desse período, entrou em disponibilidade, em 1906, após ter passado por Bonfim, como Juiz de Direito, e Bambuí, no exercício de idênticas funções. Transferiu-se para Belo Horizonte e declinou do convite para dirigir o Ginásio Mineiro. Contudo, chamado por João Pinheiro a prestar serviços como Diretor da Imprensa Oficial, não pôde se excusar e esteve na chefia daquela Casa, de 1907 a 1908. No mesmo governo exerceu as funções de Chefe de Polícia, de Diretor da Secretaria das Finanças, de Auxiliar Jurídico, de Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e de Procurador Geral do Estado, sucessivamente. Por último, foi nomeado Desembargador, com assento na Câmara Civil do Tribunal da Relação.

Barcelos Corrêa ingressou na Faculdade, em 1907, como Lente Substituto Contratado, cabendo-lhe participar da mesa examinadora da primeira série. Em 5 de março de 1908 foi eleito Lente Substituto efetivo da quinta secção, sendo-lhe designada, primeiramente, a cadeira de Direito Criminal e, em seguida, a de Direito Administrativo. Passou a Substituto da quarta secção, em 28 de julho de 1913; voltou à quinta secção e, finalmente, fixou-se na segunda secção, em 21 de setembro de 1913. Em 8 de julho de 1915, foi promovido a Catedrático de Direito Administrativo, na vaga de Francisco Veiga. Exerceu sua cadeira até o falecimento.

Sua vaga foi preenchida pelo dr. Gudesteu Pires que, em 1º de março de 1931, transferiu-se de Economia Política para Direito Administrativo.

BERNARDINO DE LIMA

(Bernardino Augusto de Lima)

Nasceu, em 10 de dezembro de 1856, em Congonhas de Sabará, hoje Nova Lima. Faleceu em Belo Horizonte, aos 18 de maio de 1924.

Estudou humanidades no Colégio do Caraça, completando êsses em Ouro Preto. Mais tarde, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e, ali, concluiu seu curso de ciências jurídicas e sociais, na turma de 1882, juntamente com seu irmão, Augusto de Lima, e Assis Brasil, Silva Jardim, Raimundo Corrêa e outros. Já como bacharelado, publicou "Apontamentos de Direito e Economia Política", aplicando o produto da venda de seu livro em benefício da Sociedade Beneficente da Universidade Acadêmica.

Retornando a Minas, em 1883 exerceu o cargo de Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda, ao mesmo tempo em que inaugurava escritório de advocacia, em Ouro Preto. De 1885 a abril de 1886 foi Diretor da Fazenda da Província de Minas e lecionou, como Catedrático de Legislação de Minas, Direito Administrativo e Economia Política, na Escola de Minas de Ouro Preto.

Em 1891 elegeu-se Deputado ao Congresso Constituinte mineiro, permanecendo em exercício até 1894. Em 1897 foi Senador Estadual, até 1898. Chefiou a campanha civilista em Minas e fundou e organizou, sob a orientação de Rui Barbosa, o Partido Republicano Liberal, no Estado. No quadriênio Hermes da Fonseca, dirigiu, em Minas, a fundação das Ligas Anti-Intervencionistas, em solidariedade com o movimento de São Paulo. Foi Diretor da União Popular" e membro do Conselho da Caixa Econômica Federal, de 1904 a 1915, quando pediu exoneração. Exerceu Escola de Minas de Ouro Preto.

Bernardino de Lima publicou "Economia Rural", trabalho sôbre a organização da moderna indústria agrícola, sendo o primeiro propagandista da introdução das máquinas agrícolas no Estado.

Lente Fundador da Faculdade, empossou-e na cátedra de Noções de Economia Política e Direito Administrativo, do curso de ciências jurídicas, em 10 de dezembro de 1892. Na mesma data empossou-se, também, na cadeira de Exposição Sucinta de Direito Pátrio Constitucional, do curso de notariado. Lecionou até 1898, quando se licenciou. Com a reforma de 1900 ficou em disponibilidade e voltou a lecionar em 1903, cabendo-lhe reger o Curso Complementar de Ciência das Finanças. Continuando em disponibilidade e vagando-se a cátedra de Afonso Pena, Bernardino de Lima foi nomeado Catedrático de Economia Política, em 2 de março de 1910.

Quando faleceu, sua cadeira foi preenchida pelo dr. Gudesteu de Sá Pires, em 1924.

BILAC PINTO

(Olavo Bilac Pinto)

Nasceu, aos 8 de fevereiro de 1908, na cidade mineira de Santa Rita do Sapucaí.

Fêz os cursos primário e secundário no Instituto Moderno de Educação e Ensino, de sua terra natal, enquanto desempenhava, sucessivamente, as funções de caixeiro da Casa "A. de Cássia" e das "Casas Pernambucanas" de Santa Rita, e de funcionário do Banco Santaritense. Matriculou-se nesta Faculdade, em 1925, e aqui concluiu o curso, em 25 de dezembro de 1929.

Enquanto estudante de direito, Bilac Pinto foi Escrivão de Polícia e exerceu a Presidência do "Centro Acadêmico Afonso Pena", deste Instituto, tendo promovido várias excursões estudantis pelo Estado e uma ao norte do País, em 1928.

Participou, com intenso trabalho, da campanha da Aliança Liberal e, em 1929, foi prêso, como líder revolucionário, no Distrito Federal. Em 1930, foi Delegado de Polícia e soldado da Revolução. Um ano depois, triunfando o movimento revolucionário, dedicou-se à advocacia criminal, em Belo Horizonte e em Santa Rita do Sapucaí.

Em 1934, foi conduzido à Assembléia Estadual de Deputados, onde exerceu o mandato com inteligência e operosidade. Depois disso é que se dedicou ao magistério, nesta Faculdade e na Faculdade Nacional de Direito. Nesta última Escola, fêz-se Catedrático de Direito Administrativo, depois de brilhante concurso, em 1943. Logo a seguir, entretanto, tendo assinado o célebre "Manifesto dos Mineiros", que pregava esforços no sentido da reconstitucionalização do País, foi aposentado, pela ditadura, da cátedra que conquistara mediante provas.

Dedicou-se, então, à campanha oposicionista mais atuante. Depois, realizou, entre 1944 e 1945, viagens a 17 países estrangeiros, com o objetivo de estudar os problemas de govêrno. Ampliou essas viagens, de 1948 a 1954, depois de, sob pressão do Movimento de Libertação Nacional, ter sido reintegrado na cátedra da Faculdade Nacional de Direito.

Em 1950 já havia sido eleito Deputado Federal e, na Câmara, apresentou importantes projetos e fêz violenta campanha contra a corrupção administrativa. Essa luta valeu-lhe a reeleição, em 1954, a partir de quando continuou representando o povo mineiro no Parlamento Nacional, dedicando-se, preferentemente, aos trabalhos das Comissões Permanentes e Especiais da Câmara, sobretudo aos das Comissões de Orçamento e Finanças e de Legislação e Justiça.

Em 1955, apresentou-se candidato opositor ao Governo de Minas, tendo realizado uma estafante campanha em todo o território montanhês. Vencido nas urnas, voltou à Câmara Federal e, em 1958, foi reeleito Deputado e representante mineiro, sem abdicar de seus ideais e sem esmorecer na brava luta que, ainda hoje, empreende pela recuperação dos bons princípios administrativos.

Autor e editor de livros jurídicos desde 1935, Bilac Pinto é, hoje, o principal diretor da Revista e da Editôra Forense. Sua obra é vasta, assim como extenso é o número de artigos, pareceres e trabalhos doutrinários divulgados, sobretudo, na Revista Forense. De suas publicações, as principais são "Regulamentação Efetiva dos Serviços de Utilidade Pública" e "Estudos de Direito Público".

Bilac Pinto ingressou nesta Faculdade, como professor, em 1939. Desdobrada a cadeira de Economia e Finanças, submeteu-se a concurso para provimento da última delas, tendo merecido aprovação unânime em 29 de março de 1939, após o que se empossou, como Catedrático de Ciência das Finanças. Lecionou até 1940 e, no final desse ano letivo licenciou-se, não tendo voltado à regência de sua cátedra, da qual se exonerou em 1943, quando assumiu a cadeira de Direito Administrativo da Faculdade Nacional de Direito. Sua vaga, nesta Escola, foi preenchida, interinamente, por Alberto Deodato que, em 1951, conquistou, definitivamente, a cátedra de Finanças.

CAMILO DE BRITO

(Camilo Augusto Maria de Brito)

Nasceu em Ouro Preto, em 1842. Faleceu, aos 3 de agosto de 1924, em Belo Horizonte.

Cursou os preparatórios no Seminário de Mariana e no Colégio do Caraça, acabando por formar-se na Faculdade de Direito de São Paulo, na turma de 1865, com 23 anos incompletos.

Bacharel, voltou a Minas, fixando-se em Bonfim, para exercer o cargo de Promotor Público, em 1866. Depois de dois anos em Bonfim, transferiu-se para Ponte Nova, como Juiz Municipal e com funções de Juiz de Direito, em 1868.

Sòmente em 1873 retornou a Ouro Preto, para montar banca de advocacia e exercer os serviços auxiliares de taquigrafia da Assembléia Provincial. Foi mestre incomparável nessa arte, cabendo-lhe introduzir e estimular a taquigrafia, no Estado e no País.

Não deixou a Assembléia, embora deixando de ser seu funcionário auxiliar, porque recebeu, imediatamente, os sufrágios que o elegeram Deputado Provincial.

Em seguida, foi nomeado pelo Imperador segundo Presidente de Goiás e desempenhou o cargo até a proclamação da República. Em 1906, novamente em Ouro Preto, fundou, com João Pinheiro, a Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Estado, de que foi professor.

Instituída a Câmara Alta, foi eleito Senador Estadual, conseguindo eleições sucessivas, enquanto viveu.

Camilo de Brito foi orador eloqüente e participou, intensamente, das campanhas do Partido Liberal.

Depois de Francisco Brant, foi o professor que durante mais tempo lecionou na Faculdade: 32 anos ininterruptos. Ingressou no corpo docente da Escola como Lente Fundador, empossando-se, em 10 de dezembro de 1892, na cátedra de História do Direito Nacional, do Curso de Notariado. Em 21 de maio transferiu-se para Hermenêutica Jurídica e Prática Forense, indo Teófilo Ribeiro para sua cadeira; em 8 de abril de 1899 passou a lecionar Filosofia do Direito, mediante troca com Augusto de Lima; em abril do mesmo ano ocupou a cátedra de Direito Internacional e Diplomacia, em lugar de Estevão Lobo; em 10 de abril de 1900 passou a exercer a cadeira de Legislação Comparada, de que era titular Pádua Rezende, passando êste para a sua. Regeu Legislação Comparada até 1913, juntamente com o Curso Complementar de Direito Internacional Privado. Em 1º de fevereiro de 1913 passou a Lente de Enciclopédia Jurídica, permutando com Virgílio de Melo Franco e, de 1920 até 1924, acabou lecionando Filosofia do Direito.

Camilo de Brito foi o último fundador da Faculdade a desaparecer e sua vaga foi ocupada pelo dr. Francisco Campos, em 30 de agosto de 1924.

CÂNDIDO NAVES

(Cândido Lara Ribeiro Naves)

Natural de Boa Esperança, neste Estado, ali nasceu em 26 de maio de 1898, vindo a falecer em Belo Horizonte, aos 5 de fevereiro de 1954.

Fêz os preparatórios em sua terra natal e, em seguida, matriculando-se nesta Faculdade, concluiu seu curso de bacharelado em 1º de janeiro de 1922. Na oportunidade, coube-lhe receber o "Prêmio Rio Branco", que lhe premiou os méritos de melhor aluno de sua turma.

Iniciou sua vida profissional advogando nesta Capital. Antes, já trabalhava como membro da Secretaria do Tribunal de Apelação do Estado, desde 1921. Esteve no Tribunal até 1926 e, a partir de 1923, como seu Secretário Interino. Em 1927 foi nomeado Fiscal da Loteria do Estado e, em 1929, Consultor Jurídico do Estado, cargo que exerceu até 1931. Assumiu as funções de Diretor Geral do Tesouro, em comissão, em 1932.

Durante o governo Olegário Maciel, também em 1932, foi nomeado Secretário Interino das Finanças, exercendo as funções até 11 de setembro daquele ano. No mesmo período, foi Secretário do Interior. A Secretaria das Finanças do Estado, voltaria, mais tarde, durante o governo Milton Campos, exercendo-a em 1950, a partir de 27 de julho até o final da gestão do governador.

Além desses cargos, Cândido Naves foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, Presidente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e membro do Conselho Fiscal da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, tendo desempenhado este último mandato até quando foi forçado a abandonar o cargo, em virtude de pressão ditatorial que se seguiu ao lançamento do célebre "Manifesto dos Mineiros", que ele assinou, em 1943.

Cândido Naves fêz concurso para a docência de Prática do Processo Civil (depois Direito Judiciário Civil), tendo obtido aprovação em 1º de dezembro de 1925. Data daí seu ingresso no corpo docente da Faculdade. Assumiu a docência somente em 24 de junho de 1935, quando o dr. Lincoln Prates transferiu-se para a cadeira de Direito Comercial. Regeu a cátedra, sem interrupção, até quando se fêz catedrático, em 15 de julho de 1950, mediante concurso, em que foi classificado em primeiro lugar.

Nomeado por Decreto de 30 de agosto de 1950, Cândido Naves empossou-se, como integrante do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, em 12 de setembro de 1950, como titular da cátedra de

Direito Judiciário Civil. Exerceu sua cadeira, a partir dessa data, cumulativamente com a de Direito Público (partes especiais), do Curso de Doutorado, que assumiu em 10 de abril de 1951.

Enquanto docente, Cândido Naves acumulou, desde 1941 até 1950, as duas cadeiras de Direito Judiciário Civil do curso de bacharelado, em virtude de licença do dr. Rodolfo Jacob. Depois do concurso, manteve-se apenas na sua, que se vagou com seu falecimento.

Sua vaga foi preenchida, em 12 de abril de 1956, pelo dr. José Olympio de Castro Filho.

CARLOS CAMPOS

(Carlos Álvares da Silva Campos)

Natural de Paracatú, Minas Gerais, nasceu em 2 de fevereiro de 1893 e faleceu, em Belo Horizonte, aos 26 de maio de 1955.

Formando-se pela Escola Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1917, iniciou sua vida profissional como Promotor, em Campo Belo, função que exerceu de 1918 a 1927.

Voltou à sua terra natal e ali advogou, de 1921 a 1927, ano em que foi eleito Deputado ao Congresso Mineiro. Cumpriu o mandato de 1927 a 1930 e foi autor das leis que instituíram o voto secreto e a ação declaratória, pela primeira vez no Brasil.

Deixando a Câmara, foi nomeado Inspetor Geral de Instrução, em Minas, em 1931, tendo representado o Estado na 4ª Conferência Nacional de Educação. Em 1932, deixando a Inspetoria de Ensino, recusou sua nomeação para Diretor Geral do Tesouro, preferindo dedicar-se aos seus estudos e às pesquisas no campo jurídico-filosófico e ao magistério superior, com ligeira passagem pela Câmara Federal dos Deputados, em 1947.

Membro do Instituto Argentino de Filosofia Juridica y Social, da cátedra Alejandro Korn, a atividade cultural de Carlos Campos foi intensa e, até hoje, suas obras, sempre atuais, repercutem até no exterior, como exemplares de primeiro plano no terreno da doutrina filosófica.

Entre suas obras devem ser citadas, de preferência, "Hermenêutica Tradicional e Direito Científico", de 1932; "Sociologia e Filosofia do Direito", de 1943; "Estudos de Psicologia e Lógica (Pensamento filosófico e pensamento positivo)", editada em 1945 e, agora, em fase de reedição; "Reflexões sobre a relatividade", de 1946, e, por último, "Ensaio sobre a Teoria do Conhecimento", trabalho que tem merecido recentes e elogiosas referências dos estudiosos do assunto. Várias outras obras do grande mestre serão reveladas, brevemente, na série que a Editora Cardal está preparando.

Carlos Campos ingressou na Faculdade contratado, interinamente, para reger a então recém criada cadeira de Introdução à Ciência do Direito, em 22 de abril de 1931. Assumiu o exercício em 1932. Em 24 de fevereiro de 1933, foi aprovado em concurso para provimento definitivo da cátedra, sendo promovido. Exerceu, sempre, a cadeira de Introdução e, criada a de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, pelo Decreto 24.279, de 22 de maio de 1934, foi designado para regê-la, interina e cumulativamente, o que fez até 1941, quando o dr. José Pinto Antunes a conquistou. Por Decreto de 5 de janeiro de 1951, foi nomeado para o exercício interino e cumulativo de Direito Penal, tendo ocupado essa cadeira de 1º de março a 9 de outubro daquele ano. Antes disso, fôra nomeado para integrar o

Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, como Catedrático de Introdução à Ciência do Direito, em virtude da federalização da UMG e de seus Institutos. Empossou-se em 3 de julho de 1950. Depois, mereceu nomeação interina para a cátedra de Filosofia do Direito, do Curso de Doutorado, mediante Decreto de 31 de outubro de 1951. Exerceu essa cátedra, com ligeiras interrupções — assim como a de Introdução —, até seu falecimento.

Sua vaga, no Curso de Bacharelado, foi preenchida pelo dr. Edgar de Godói da Mata-Machado, em 20 de novembro de 1957. No Curso de Doutorado, ocupou a cadeira de Filosofia o dr. Mário Casasanta, desde 11 de março corrente.

Carlos Campos foi, também, Vice-Diretor desta Faculdade, eleito pela Congregação em 27 de maio de 1950. Foi o substituto eventual do Diretor até 1953.

CARLOS OTONI

(Carlos Honório Benedito Otoni)

Nasceu na cidade mineira do Sêrro, aos 20 de abril de 1846, e faleceu no Rio, em 21 de julho de 1919.

Sobrinho do senador Teófilo Benedito Otoni, iniciou seus estudos no Colégio Marinho, em 1856. Transferiu-se, a seguir, para São Paulo e ali concluiu seu curso superior, na Faculdade de Direito de São Paulo, diplomando-se em 1866, com 20 anos.

Regressando a Minas, exerceu a Promotoria de Justiça em Jequitinhonha, obtendo, em 1872, promoção a Juiz Municipal de Diamantina. Em seguida, foi Juiz de Direito de Porto Imperial, Itapiracaba, Entre-Rios, Piranga, Pitangui, Rio das Velhas e Sabará.

Foi, várias vezes, Chefe de Polícia de Minas. Mas atingiu o ápice de sua vida pública ao ser alçado à Vice-Presidência de Minas, em 1880, e ao governo do Ceará, três anos depois. Pelo exercício desses cargos obteve reiterados elogios do Imperador Pedro II.

Carlos Otoni foi eleito Deputado Federal, em dois triênios consecutivos e, antes disso, Juiz dos Feitos da Fazenda Nacional, em Niterói, Estado do Rio, em 1884. Foi Juiz Seccional de Minas Gerais, Desembargador da Relação, no Rio, e exerceu a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Aposentou-se em 1918, após cinquenta anos de bons serviços prestados à causa pública.

Sua passagem pelo magistério da Faculdade foi rápida. Ingressou no corpo docente, como Lente Substituto da quarta secção, em 25 de fevereiro de 1896. Exerceu as cátedras de Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado e Economia Política. Em 3 de março de 1897 entrou em gozo de licença, por três meses, para tratamento de saúde. E, em 26 de julho de 1897, pediu exoneração.

CÍCERO FERREIRA

(Cícero Rodrigues Ferreira Ribeiro)

Nasceu no município de Oliveira, neste Estado, em 1861, e faleceu em Belo Horizonte, aos 12 de agosto de 1920.

Graduou-se em Medicina, pela Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, em 1885, na mesma turma de que participou, como aluno distinto, o depois professor Miguel Couto.

Depois de formado, clinicou, por algum tempo, em São Sebastião da Estrela, transferindo-se, um ano depois, para Oliveira, em 1887.

Desempenhou vários cargos de eleição e nomeação. Foi membro do Conselho Deliberativo Municipal, após ter sido médico da Comissão Construtora da nova Capital. Em seguida, foi Diretor de Higiene da Prefeitura, Diretor da Secção de Café, Prefeito Interino de Belo Horizonte e membro do Conselho Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

Cícero Ferreira foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e dirigiu o tradicional estabelecimento de ensino superior desde a fundação, em 1915, até sua morte, em 1920.

Nesta Faculdade, Cícero Ferreira foi admitido como Lente Substituto de Medicina Pública, em 21 de março de 1906. Exerceu a substituição do catedrático José Pedro Drumond, em várias oportunidades, até 1917. Depois disso não mais voltou ao exercício do magistério neste Instituto.

DAVID CAMPISTA

(David Moretzsohn Campista)

Nasceu no Estado do Rio, em 1861, e faleceu, aos 12 de outubro de 1911, em Copenhague, na Dinamarca.

Após os preparatórios, cursados em São Paulo, matriculou-se, ali, na Faculdade de Direito, em 1879, bacharelando-se em 1883 e fixando residência, em seguida, na cidade mineira de Rio Prêto.

Transferindo-se para Ouro Prêto, tornou-se adepto incondicional da campanha republicana. Foi eleito Deputado ao Congresso Constituinte Mineiro, exercendo o mandato até o final. No govêrno Afonso Pena, ocupou a Secretaria da Agricultura e Obras Públicas, desde julho de 1892 até o término do mandato do Conselheiro, interessando-se pela mudança da Capital. No govêrno Bias Fortes foi Superintendente do Serviço de Imigração na Europa. No govêrno Silviano Brandão assumiu a Secretaria das Finanças, escrevendo, nessa época, a "Consolidação das Leis Fiscais".

Depois, foi eleito representante de Minas na Câmara Federal, tendo obtido reeleição ao término do primeiro mandato. Autoridade acatadíssima em assuntos de economia e finanças, foi convocado por Afonso Pena para dirigir o Ministério da Fazenda, cargo que exerceu até o final do govêrno.

Mais tarde, foi nomeado Ministro do Brasil na Dinamarca e na Suécia. Transferido para a França, em 1911, não chegou a assumir o cargo, falecendo em Copenhague.

David Campista foi um dos fundadores da Faculdade, em Ouro Prêto. Em 10 de dezembro de 1892 foi escolhido e empossado primeiro Lente de Economia Política, do curso de Ciências sociais. Em 29 de janeiro de 1896 afastou-se espontaneamente do magistério, renunciando à cátedra, que veio a ser preenchida, posteriormente, em 25 de fevereiro de 1896, pelo dr. Bernardino Augusto de Lima.

A 6 de fevereiro de 1890, David Campista retornou aos quadros docentes da Faculdade, como Lente Substituto da quinta secção e, depois, da primeira secção, em 4 de abril, condição em que permaneceu até ser promovido novamente a Catedrático, desta feita de Direito Civil e em 17 de junho de 1899, na vaga de Tomás Brandão. Permutou sua cadeira com a de Direito Público e Constitucional, de Sabino Barroso, em 16 de novembro de 1901, e exerceu-a até 2 de fevereiro de 1910, quando renunciou, em virtude de dever retirar-se para a Europa. Nessa data foi eleito Lente Honorário da Faculdade.

Sua vaga foi ocupada por Tito Fulgêncio, em 2 de março de 1910 e, depois, com a transferência dêste para Direito Civil, foi provida, definitivamente, pelo dr. José Eduardo, em 25 de maio de 1925.

DONATO DA FONSECA

(Donato Joaquim da Fonseca)

Nasceu na cidade de Ubá, em Minas Gerais, no ano de 1857, e faleceu em Belo Horizonte, aos 27 de novembro de 1913.

Concluiu seus estudos preparatórios em São Paulo e bacharelou-se, ali, na tradicional Faculdade pela qual passaram todos os grandes juristas de sua época. Foi um dos mais brilhantes alunos de sua turma e dêle se conta que, certa feita, seu examinador não quiz arguí-lo no exame oral de Prática do Processo, tão bem conhecia êle, já àquela época, o rito processual.

Como advogado, foi dos mais brilhantes de seu tempo, sobretudo porque não quiz especializar-se em um determinado compartimento das ciências jurídicas e familiarizou-se com todos os vários ramos do direito.

Foi dos mais eloqüentes e espontâneos oradores forenses de Minas, graças à palavra elegante, à segurança das idéias, à persuasão dos argumentos, à plena posse da doutrina e da legislação, à *verve* inigualável e ao dom de apreender, logo, o ponto emocional da causa cível ou criminal.

Donato da Fonseca foi, também, fundador da Faculdade e nela empossou-se, como seu primeiro Lente de Direito Comercial, em 10 de dezembro de 1892. Em 1º de dezembro de 1896 mudou-se para a cátedra de Direito Romano, permutando com Rebelo Horta. Com a transferência da Faculdade para Belo Horizonte, Donato da Fonseca permaneceu em Ouro Preto, afastando-se do magistério superior e sendo sua vaga preenchida pelo dr. Rezende Costa, em 19 de maio de 1899. Em 2 de março de 1910, entretanto, voltou a integrar o corpo docente da Faculdade, como Substituto da terceira secção, sendo-lhe designada a cadeira de Direito Civil, em cuja regência permaneceu até quando faleceu.

EDMUNDO LINS

(Edmundo Pereira Lins)

Nasceu na cidade do Sêro, em Minas, aos 13 de dezembro de 1863, e faleceu no Rio, em 10 de agosto de 1944.

Fêz preparatórios em Diamantina e Ouro Prêto, enquanto lecionava Latim e Matemática nos colégios locais. Bacharelou-se em 1889, pela Faculdade de Direito de São Paulo, e foi, logo a seguir, exercer a Promotoria de Justiça em Jundiá, no interior paulista.

Regressando a Minas, foi Secretário da Repartição de Estatística e Juiz Seccional Substituto de Ouro Preto. Daí saiu para exercer o cargo de Juiz de Direito de Tiradentes. Mais tarde, foi Diretor da Secretaria do Interior e Juiz de Direito da comarca de Belo Horizonte.

Nomeado Desembargador da Relação, exerceu, inclusive, a Presidência dêsse Tribunal, do qual saiu para assumir as altas funções de Ministro do Supremo Tribunal Federal, para que foi nomeado em 1917. Manteve-se na mais alta côrte do País durante vinte anos e foi seu Presidente, desde abril de 1931 até novembro de 1937, quando se aposentou.

Edmundo Lins publicou numerosos estudos sôbre assuntos humanísticos e jurídicos, em jornais e revistas especializadas. Dentre êles, destacam-se "A crítica da nova escola penal do dr. Viveiros de Castro", "Obrigações solidárias" e "Posse". Além disso, deixou magníficos ensaios em "Reminiscências literárias". Em 1938 publicou, em "Miscelânia" a seleção de vários de seus trabalhos e escritos de 1898 a 1937 (1ª parte); de relatórios, como Presidente do Supremo Tribunal Federal e da Côrte Suprema, de 1932 a 1937 (2ª parte); de trabalhos jurídicos, de 1925 a 1936 (3ª parte) e de trabalhos literários em latim, de 1882 a 1925 (4ª parte), além de uma quinta parte de assuntos vários.

Vindo de uma posição modesta e humilde, Edmundo Lins chegou, de ourives e caixeiro, à escala dos mais preclaros representantes da cultura jurídica da terra mineira, guindado ao supremo posto da hierarquia judiciária nacional.

Na Faculdade, sua passagem não foi menos significativa. Ingressou em seu corpo docente em 14 de outubro de 1897, como Lente Substituto da segunda secção. Em 17 de junho de 1899 transferiu-se para a quarta secção e, em 19 de junho de 1903, com o afastamento do Conselheiro Afonso Pena (que fôra eleito vice-Presidente da República) — Edmundo Lins assumiu, como substituto, a cadeira de Economia Política e Ciência das Finanças, na mesma época em que regia o Curso Complementar de Direito Romano. Em 11 de setembro de 1904 passou a lecionar Direito

Civil e Legislação Comparada, transferido para a quinta secção, em virtude da reforma dos Estatutos. Finalmente, em 2 de março de 1911, é promovido a Catedrático de Direito Romano, na vaga do dr. Rebelo Horta. Nessa cadeira permaneceu até sua renúncia, em 3 de setembro de 1917, data em que deixava o magistério para assumir as funções de Ministro do Supremo Tribunal Federal e era eleito, pela Congregação, Lente Honorário da Faculdade.

A vaga de Edmundo Lins foi preenchida pelo dr. Pedro Mata-Machado, promovido e Catedrático.

Em 13 de dezembro de 1911, Edmundo Lins foi eleito Vice-Diretor da Faculdade, tendo obtido sucessivas reeleições, até que foi guindado ao posto de Diretor, em 1º de dezembro de 1916. Exerceu as funções até à data de sua renúncia.

EDUARDO DE MENEZES FILHO

Natural do Distrito Federal, nasceu aos 8 de fevereiro de 1886. Faleceu, em Belo Horizonte, aos 10 de julho de 1958.

Fêz o curso fundamental no Colégio Pedro II, da Capital da República, e o curso superior na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Formado, transferiu-se para Juiz de Fora, neste Estado, onde se notabilizou como advogado de grande cultura e impecável probidade. De sua passagem pela progressista cidade mineira lembra-se sua integração a várias associações e instituições culturais e religiosas, além de sua eleição para a Presidência da Câmara Municipal, como vereador. Depois da vereança, foi nomeado Prefeito de Juiz de Fora, tendo provado admirável senso administrativo.

Incluiu-se entre os fundadores da Faculdade de Direito de Juiz de Fora, assumindo a cátedra de Direito Comercial, na qual se manteve até pouco antes do reconhecimento oficial daquele estabelecimento, o que ocorreu a 2 de março de 1942.

Ainda em Juiz de Fora, presidiu a Sub-Secção da Ordem dos Advogados, merecendo escolha para conselheiro da secção mineira.

Transferindo-se para Belo Horizonte, foi nomeado Procurador Geral do Estado, depois de ter exercido as funções de Advogado do Estado. Teve oportunidade de prestar os mais relevantes serviços à causa pública. Mais tarde, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, como representante do Ministério Público. E, desde logo, impôs-se ao respeito de seus pares, pela elegância e acerto de seus votos, bem como pela lhanza e educação que tôda a vida o acompanharam.

Quando faleceu, em 1958, Eduardo de Menezes Filho já se aposentára como Desembargador, desde fevereiro de 1957.

Sua passagem pela cátedra, nesta Faculdade, foi rápida, embora fosse habilitado como docente livre de Direito Comercial, por concurso, desde 31 de março de 1942. Mediante contrato, assumiu a substituição de Ciência das Finanças, do Curso de Bacharelado, em 2 de agosto de 1950. Foi nomeado Catedrático Interino dessa disciplina por Decreto de 5 de janeiro de 1951 e esteve em exercício até 2 de março de 1952.

Entre as obras e os trabalhos que deixou destaca-se "Da conta corrente contratual", tese com que concorreu a concurso, neste Instituto, em 1942.

EDUARDO MONTANDON

(Eduardo Augusto Montadon)

Nasceu em Minas Gerais, no ano de 1832, e faleceu na cidade de Araxá, com a avançada idade de 95 anos, em 16 de dezembro de 1927, quando era o mais antigo médico de Minas.

Foi uma das figuras mais prestigiadas do Triângulo Mineiro e, em toda a zona, chefe liberal de indiscutível influência pessoal.

Foi Deputado Provincial, em duas legislaturas e, depois, Deputado Geral pelo terceiro distrito da então Província de Minas, com várias reeleições, até 1887.

Em 1888 assumiu e exerceu, até quando proclamada a República, a Presidência da Província de Goiás.

Participou de todas as iniciativas que visaram à criação da Faculdade, tão logo se transferiu para Ouro Preto. Não assinou, porém, a ata de fundação, porque apenas se fez representar na solenidade.

Sua passagem pelo magistério da Escola foi rápida: iniciando suas atividades docentes ao empossar-se na cátedra de Higiene Pública, em 10 de dezembro de 1892, logo a seguir foi obrigado a licenciar-se, para cumprir missões do governo, a partir de 15 de janeiro de 1893. Provocou, com isto, a convocação do substituto da sexta secção e, afinal, manifestou sua renúncia à cátedra, em 20 de novembro de 1893.

Preencheu sua vaga o dr. Francisco Catão.

ESTEVÃO LOBO

(Estevão Lobo Leite Ribeiro)

Natural da cidade mineira de Campanha, nasceu em 1869 e faleceu, no Rio, a 13 de agosto de 1908.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1890, vindo para Minas, a fim de exercer a Promotoria em Rio Novo e Juiz de Fora. Depois, transferiu-se para Ouro Preto, onde instalou escritório de advogado. Logo a seguir, foi Secretário de Polícia do Estado e Oficial de Gabinete do Presidente Crispim Jacques Bias Fortes.

Em 12 de dezembro de 1897, quando se instalou a Capital em Belo Horizonte, Estevão Lobo publicou no "Minas Gerais", sob o título "Ouro Preto", uma crônica em que voltava seu espírito à velha metrópole. Partidário vigoroso da mudança, não se esqueceu, porém, de reverenciar as tradições de Vila Rica, numa página de valor moral, literário e histórico.

Em 1900 foi eleito Deputado ao Congresso Federal e, reeleito em 1903, permaneceu na Câmara até 1905. Membro da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, é autor do projeto da "Lei de Minas", em 1903, e de um outro, discutidíssimo, sobre o envio obrigatório à Biblioteca Nacional, pelos administradores de tipografias, litografias e de laboratórios fotográficos, de dois exemplares de cada publicação periódica e um de cada obra de outra natureza, como numa espécie de depósito legal, tendente a favorecer o desenvolvimento da biblioteca e a animar, pela divulgação, as letras, as artes e a ciência.

Deixando a Câmara, voltou a Minas, por pouco tempo, acabando por fixar residência no Rio, em 1907, onde advogou e se encarregou dos departamentos de Assistência Jurídica da Light e da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Participou do Instituto da Ordem dos Advogados e, depois, em 1908, foi nomeado Primeiro Promotor Público do Distrito Federal.

Estevão Lobo ingressou na Faculdade como seu Secretário, o segundo de sua história, em 19 de outubro de 1896, para suceder a Afrânio de Melo Franco. Exerceu as funções até 18 de agosto de 1897. No dia imediato, foi nomeado Lente Substituto da quinta seção, transferindo-se logo para a primeira seção, em 25 de agosto. Em maio e junho de 1898 lecionou Filosofia e História do Direito. Em 16 de março de 1899 foi promovido a Catedrático de Direito Internacional, na vaga de Raimundo Corrêa. Mas voltou, mediante transferência, para sua cadeira preferida, a de Filosofia, em abril de 1899. Regeu essa cadeira até 17 de agosto de 1907, quando se licenciou, para não mais voltar ao exercício.

Sua vaga foi provida por Augusto de Lima, que se encontrava em disponibilidade.

Estevão Lobo publicou vários trabalhos filosóficos e, sobretudo, excelente estudo sobre a integração dessa disciplina no currículo jurídico e sobre a evolução de sua doutrina. Foi dos primeiro a fazer a apologia dos seminários de estudo que, segundo êle, têm o valor de "reunir, pela própria iniciativa dos estudantes, os elementos de um trabalho pessoal, o mais perfeito". Deixou duas obras consideradas notáveis: "Autoria coletiva e cumplicidade" e "Criminalidade Infantil".

ESTEVÃO PINTO

(Estevão Leite de Magalhães Pinto)

Nasceu na cidade mineira de Mar de Espanha, aos 3 de agosto de 1870, e faleceu em Belo Horizonte, no dia 30 de outubro de 1945.

Seus estudos secundários êle os fez no Colégio Aquino, do Rio, de onde se transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo e ali concluiu o curso.

Regressou a Minas para advogar em Ouro Prêto, até que foi nomeado Inspetor Escolar, durante o governo João Pinheiro. Nessa fase, foi o grande pioneiro da organização e da especialização do ensino profissional, acabando por criar o Instituto João Pinheiro. No governo Wenceslau Braz foi Secretário do Interior, e na gestão Antônio Carlos foi membro do Conselho Penitenciário do Estado.

Estevão Pinto foi Presidente, várias vezes reeleito, do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Minas Gerais, e, desde 1911, dirigiu o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas, de que foi fundador e Presidente.

Sua assinatura no famoso "Manifesto dos Mineiros", em 1943, afastou-o das funções e do próprio Banco, a que deu tôda sua experiência e um inquebrantável esforço de desenvolvimento.

Lente Substituto da segunda secção da Faculdade, em 16 de novembro de 1905, exerceu, desde o princípio, a substituição de Direito Civil, nos impedimentos de Sabino Barroso. Depois, lecionou Economia Política e, em 1910, regeu a cátedra de Direito Comercial Marítimo. Passou a Substituto de Direito Comercial em 29 de julho de 1911, mas ainda exerceu a cadeira de Direito Civil, em 1913. Foi promovido a Catedrático de Direito Comercial, em 31 de setembro de 1913, na vaga de José Antônio Saraiva Sobrinho. Em 3 de setembro de 1917, foi eleito Vice-Diretor da Faculdade, tendo assumido o exercício da direção em 3 de agosto de 1923. Praticamente, não quiz que a Congregação o confirmasse no posto, porque êle próprio propôs a eleição de F. Mendes Pimentel, em 7 de agosto de 1923, tendo sido reeleito Vice-Diretor. Em 1º de dezembro de 1930, acompanhando o mesmo F. Mendes Pimentel, renunciou à cátedra e à Vice-Direção. Voltou à Faculdade em 1932, em janeiro, para exercer, sob contrato, a cátedra de Direito Comercial, do Curso de Doutorado. Fê-lo até à suspensão do curso, em 1933. Seu substituto na cadeira de Direito Comercial, quando de sua renúncia, foi Lincoln Prates, que se transferiu para essa cátedra em 24 de junho de 1935.

FERREIRA TINÔCO

(Antônio Luiz Ferreira Tinôco)

Nasceu na cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 8 de março de 1843, e faleceu, aos 2 de julho de 1913, em Belo Horizonte.

Depois de haver concluído o curso de humanidades no Rio, matriculou-se na Faculdade de Direito, em 1865, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais em 12 de março de 1866. Durante seu curso, que foi brilhante, recebeu os diplomas de sócio honorário do "Instituto Científico" e da "Associação Culto à Ciências".

Logo que se formou, foi nomeado Promotor Público em Macaé, no Estado do Rio. No mesmo ano, a 7 de maio, foi nomeado suplente de Juiz Municipal do Têrmo de Campos. Um ano depois, a 26 de julho de 1867, transferido para Barra de São João, ou São João da Barra, na mesma Província do Rio, foi ali nomeado Juiz Municipal e de Órfãos, voltando a exercer a Promotoria, naquela mesma cidade, a partir de 19 de fevereiro de 1873. Depois, foi Juiz de Direito da Comarca de Santa Cruz, no Espírito Santo, de Rio Lambarí e de Rio Grande.

Transferiu-se para Ouro Preto, ainda como Juiz de Direito e, no governo Cesário Alvim, tão logo foi reorganizado o Tribunal da Relação, foi nomeado Desembargador, sendo designado para a Câmara Civil quando da segunda reforma do Tribunal, de que também foi Vice-Presidente.

Ferreira Tinôco foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, tendo sido, ainda, um de seus dirigentes.

Ingressou no corpo docente da Faculdade em 22 de outubro de 1899, como Lente Substituto da primeira secção, tendo exercido a cátedra de Direito Civil, de 1902 a 1903. Em 11 de Setembro de 1904, passou a Lente Substituto de Direito Criminal, tendo exercido essa cadeira. Em 5 de março de 1908 foi promovido a Catedrático de Direito Criminal, após a renúncia de Gastão da Cunha. Regeu sua cadeira até seu falecimento.

Sua vaga foi preenchida pelo dr. Artur Ribeiro, em 28 de julho de 1913.

FRANCISCO BRANT

(Francisco José de Almeida Brant)

Nasceu em Diamantina, em 15 de agosto de 1866, vindo a falecer em Belo Horizonte, aos 23 de agosto de 1957, após uma vida de 91 anos de dedicação ao trabalho.

Fêz os primeiros estudos no Seminário de Diamantina e cursou os preparatórios em Ouro Preto. Na antiga Capital mineira submeteu-se aos exames parcelados, que o credenciaram a inscrever-se nos exames vestibulares da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Foi o primeiro classificado entre os candidatos à matrícula, embora fosse o mais jovem de sua numerosa turma. Finalmente, em 27 de novembro de 1889, bacharelou-se na mesma turma de que participaram Mendes Pimentel, Edmundo Lins, Mata-Machado e Carlos Peixoto Filho.

Regressou a Diamantina, tendo sido professor da Escola Normal. Depois, foi, por quatro anos, Juiz Substituto de Diamantina. Submetendo-se, a seguir, a concurso para Juiz de Direito e obtendo brilhante vitória, foi-lhe confiada a comarca de Teófilo Otoni.

Mais tarde, foi nomeado Diretor Geral dos Correios, após a Proclamação da República. Iniciara-se na carreira política em pleno regime monárquico e recusara-se, até o fim, a concordar com a mudança das instituições, dentro das quais tomou seus primeiros contactos com a vida pública. Participára, pois, e ativamente, do movimento de resistência que a mocidade de 1889 opôs à invasão do espírito republicano. E tão saliente foi sua atividade que, proclamada a República, foi lançada sua candidatura a uma cadeira no parlamento mineiro. Depois, quando os líderes republicanos, num meritório trabalho de pacificação, chamaram aos postos de direção muitos daqueles que se recusavam a renunciar às suas idéias, Francisco Brant foi convocado para as funções de Diretor Geral dos Correios.

Transferiu-se para Ouro Preto e ali se manteve até quando se processou a mudança da Capital para Belo Horizonte, cabendo-lhe a tarefa de transportar para aqui as instalações da importante repartição. Desincumbiu-se da missão de maneira brilhante, a ponto de não permitir que se interrompessem, por instante sequer, os trabalhos postais.

No exercício do cargo de Diretor Geral dos Correios foi o representante do Brasil no Congresso Postal Continental Sul-Americano, realizado em Montevideo, em janeiro de 1911. Foi o Vice-Presidente do Congresso e revelou conhecimentos profundos de todos os assuntos ali tratados, conquistando os maiores elogios da imprensa uruguaia e de outros países. Permaneceu à frente dos Correios durante 24 anos, tendo obtido a aposentadoria como prêmio pelos relevantes serviços prestados à repartição.

Além do "Repositório de sentenças e acórdãos" e de "Elementos de Direito Administrativo" e "Escritos de Direito", Francisco Brant deixou uma obra excelente, pelo seu conteúdo e pela forma. Escreveu "Em férias", um estudo sobre o Estado de Minas Gerais e "Histórias e Tipos", em que procurou fixar os esforços e a tarefa dos que influenciaram as várias etapas da evolução cultural mineira. Outras publicações suas foram "O Poção do Moreira", "Mineiração de diamantes em Diamantina" e "Comentários ao Regulamento dos Correios do Brasil".

Colaborou em vários jornais e, particularmente, no "Diário de Minas", então dirigido por Mendes Pimentel, onde publicou uma série de crônicas diárias, sob o título "Folhas Mortas".

Francisco Brant ingressou na Faculdade em 13 de abril de 1912, como Substituto Interino. Lecionou Direito Penal em 1913 e, em 21 de setembro daquele ano, foi transferido para a quarta secção, como Substituto Efetivo. Além de Direito Penal, lecionou Processo Civil e Comercial, em 1920, o Direito Constitucional e Processo Civil, em 1921. Em 9 de agosto de 1921 foi promovido a Catedrático de Teoria e Prática do Processo Criminal. Incluindo-se na segunda cadeira de Direito Penal o ensino de Processo, de que era catedrático, passou a acumulá-la, desde 16 de abril de 1925, substituindo a Artur Ribeiro. Em 16 de janeiro de 1932 foi provido pela Congregação também na cátedra de Direito Penal Comparado, da terceira secção do Curso de Doutorado. Em 1º de março de 1954 renunciou, sendo jubilado. Sua vaga foi preenchida, em 1956, por Lourival Vilela Viana.

Francisco Brant foi o professor que lecionou durante mais tempo, nesta Faculdade: 42 anos, ininterruptos. Além disso, coube-lhe, durante mais de 19 anos, a direção desta Casa. Primeiramente, foi eleito Vice-Diretor, em 1º de dezembro de 1930. Em 31 de dezembro do mesmo ano foi eleito Diretor e manteve-se no exercício das funções até 27 de maio de 1950, somente tendo se afastado do cargo de 6 de outubro de 1937 a 22 de setembro de 1941, em alguns períodos, porque no exercício da Reitoria da Universidade de Minas Gerais.

Foi, igualmente, quem exerceu mandato mais longo de Reitor, porque desempenhou as altas funções em três períodos distintos: de 27 de abril a 17 de maio de 1931; de 24 de março de 1934 a 18 de setembro de 1935 e, por último, de 9 de outubro de 1937 a 22 setembro de 1941.

FRANCISCO CAMPOS

(Francisco Luís da Silva Campos)

Nasceu neste Estado de Minas Gerais, no município de Pitangui, aos 18 de novembro de 1891.

Fêz os primeiros estudos em sua terra natal e em Belo Horizonte e, em 1910, matriculou-se nesta Faculdade. Bacharelou-se aos 8 de dezembro de 1914, tendo sido o orador de sua turma. Seus méritos de melhor aluno da turma foram recompensados quando lhe foi conferido, na solenidade de término do curso, o "Prêmio Rio Branco".

Sua notoriedade começou nos próprios bancos desta Faculdade quando, ainda aluno do segundo ano do curso, por volta de 1911, tomou a si a defesa dos soldados da 9ª Cia. de Caçadores que, numa noite trágica, haviam resistido, a tiros, cêrca de 12 guardas da Polícia Civil de Belo Horizonte. Sua defesa — conta-nos Abgar Renault, que o biografava — foi produzida de tal forma, que o Tribunal ficou, atônito "diante da impressão causada pela sua cultura, pela sua oratória, pela precisão de sua argumentação, pela agudeza de sua réplica, pelo inesperado de seus apartes".

Em 1916, dois anos após sua formatura, dedicava-se aos estudos para o magistério, após decisivas provas de conhecimento, de cultura e de criação. Já produzira numerosos ensaios críticos, de natureza filosófica (como, por exemplo, um estudo sobre Pascal e Bergson) e literária e polêmica. Pronunciara conferências e discursos, devendo-se assinalar a saudação a Georges Dumas, nesta Faculdade, escrita em francês de primeira qualidade.

Em 1918, ao mesmo tempo em que alcançava o magistério, foi eleito Deputado ao Congresso Mineiro. Sua atuação no legislativo não diferiu das constantes de sua personalidade. Trabalhou na reforma da Constituição Mineira.

Em 1921, ingressou na Câmara Federal, onde sustentou tremendos combates, no terreno político e no campo doutrinário. Emitiu brilhante parecer sobre taxa-ouro e, a essa altura, já era um nome nacional de maior quilate.

O ano de 1926 assinalou sua primeira ascensão a um posto de governo: foi Secretário do Interior de Minas. Orientou e dirigiu a reorganização do ensino público de Minas, produzindo a mais perfeita reforma de instrução pública primária e normal do Brasil.

Em 18 de novembro de 1930, após ter participado de tôdas as lutas da Aliança Liberal, tomou posse no cargo de Ministro da Educação e Saúde do Governo Provisório. Outra vez, coube-lhe realizar uma perfeita e completa reforma de ensino, agora no campo secundário e superior. Em

1932 acumulou o exercício da pasta da Justiça do mesmo Governo Provisório e divulgou magnífico estudo sobre uma tese de Direito Internacional Privado, à guisa de Exposição de Motivos.

Nessa época, transferiu-se para a cátedra de Filosofia, da Faculdade Nacional de Direito, e regeu-a, brilhantemente. Voltou, ainda em 1932, às letras, à advocacia e ao magistério, até que foi nomeado Consultor Geral da República. Em 1935, empossou-se como Secretário da Educação do Distrito Federal e daí saiu para ocupar o Ministério da Justiça. No exercício desse último posto coube-lhe redigir a Constituição que, outorgada ao povo brasileiro, instituiu o Estado Novo, restringiu as franquias democráticas e provocou a suspensão de todos os trabalhos legislativos no Brasil. Mais tarde, reagiria, êle próprio, contra o governo ditatorial.

Um dos nossos juristas mais brilhantes, ainda hoje Francisco Campos paira num nível acima do comum entre os grandes estudiosos da matéria, no País. Seus pareceres e os trabalhos que divulga atestam o alto mérito do homem de letras, do jurista e do advogado consumado.

Entre outros trabalhos, publicou "Pela civilização mineira" (1926), uma verdadeira plataforma de governo, porque reuniu a palavra de fé que deu a Minas a mais perfeita organização de instrução pública de que se tem notícia no Brasil; "Pareceres" (1933), em dois volumes, e, antes disso, o "Ciclo de Helena" (1932). Em 1933, ainda, publicou uma série de poemas em prosa.

Francisco Campos foi admitido, nesta Faculdade, como Lente Substituto da primeira secção, por concurso, em 9 de abril de 1918. Lecionou Filosofia e Direito Público em 1920 e, em 1921, a 1º de março, licenciou-se. Em 30 de agosto de 1924 foi promovido a Catedrático de Filosofia do Direito, no lugar de Camilo de Brito. Lecionou, durante pouco tempo, em setembro de 1926, mas somente reassumiu, de fato, sua cadeira a 2 de outubro de 1927. Exerceu a cátedra até 29 de fevereiro de 1928 e, depois, durante pequeno período, em 1930. Deixando o Ministério da Educação, voltou à Faculdade em 1º de junho de 1931, colocando-se à disposição do Instituto. Em 16 de janeiro de 1932 foi provido na cátedra de Filosofia do Direito do Curso de Doutorado. Contudo, não exerceu o magistério depois de 13 de agosto de 1930 e acabou por exonerar-se, para assumir função pública no Rio e cátedra da Faculdade Nacional.

FRANCISCO CATÃO

Nasceu na cidade de Ouro Preto, neste Estado, no ano de 1864, filho de Manoel Alves de Oliveira Catão e de D. Maria Gabriela Catão. Faleceu, no Distrito Federal, aos 7 de setembro de 1926.

Fêz os cursos iniciais em Ouro Preto, inclusive o de Preparatórios. Submeteu-se a exames parcelados nos Ginásios de Ouro Preto e de Barbacena e, afinal, matriculou-se no Curso de Farmácia, da Escola de Farmácia da antiga Capital mineira. Concluiu êsse curso em 1884, mas não se satisfêz em tê-lo sòmente, preferindo transferir-se para o Rio e matricular-se na Escola de Medicina, para diplomar-se médico, no ano de 1889.

Depois de formado, radicou-se em São João-del-Rei. Ali clinicou e manteve estabelecimento farmacêutico, o mesmo ocorrendo, mais tarde, quando se fixou na localidade mineira de Miguel Burnier, onde exerceu as mesmas profissões.

Voltou, em seguida, para Ouro Preto. Na velha cidade, montou Farmácia, clinicou e dedicou-se ao magistério, de 1892 a 1894, com algumas pequenas interrupções.

Transferiu-se para o Rio, em princípios de 1896, e submeteu-se a concurso para a docência livre de Física, da Faculdade de Medicina. Em seguida, empreendeu viagem à Europa, para estudos dos problemas de clínica e especialização médica, após o que fundou, ainda na Capital Federal, o Instituto Kneipp, dedicado às questões de terapêutica. Dirigiu e orientou o Instituto e, adiante, acumulou essas funções com as de médico do Hospital Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, e de docente da Faculdade de Medicina, do Rio.

Fundador desta Faculdade, em Ouro Preto, Francisco Catão foi nomeado Lente Substituto da sexta secção e empossou-se em 10 de dezembro de 1892, quando se instalou a Escola. Em virtude da espontânea exoneração de Eduardo Montandon, comunicada em 8 de novembro de 1893, Francisco Catão foi promovido a Catedrático de Higiene Pública, naquela mesma data, e incumbido de substituir o Catedrático de Medicina Legal, que era Silviano Brandão. Empossou-se em 16 de novembro de 1893 e regeu sua cadeira e a de Medicina Legal até 1894. Finalmente, renunciou, aos 12 de março de 1896, e sua vaga foi preenchida por José Pedro Drumond, em 1896, após o que a cadeira de Higiene ou Medicina Pública desapareceu, permanecendo, apenas a de Medicina Legal.

FRANCISCO SALES

(Francisco Antônio de Sales)

Nasceu na cidade mineira de Lavras, em 29 de janeiro de 1863, vindo a falecer em 1933.

Iniciou seus estudos com o Padre Américo Brasileiro. Fêz humanidades em Mariana e terminou os preparatórios em Ouro Preto, em 1881. Em 1882, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1886, depois de uma agitada vida acadêmica, quando suas tendências republicanas fizeram-no ativo propagandista de seus ideais. Fundou, ainda em plena fase de estudante, o Clube Republicano Mineiro, em São Paulo, de que foi Vice-Presidente.

Depois de formado, fixou-se em Lavras, como advogado. Mas a magistratura o atraiu e conduziu-o ao Juizado Municipal, em Lima Duarte, no primeiro ano da República. Vitoriosa a causa republicana, preferiu, em 1891, ser nomeado, ainda uma vez, Juiz Municipal de Lima Duarte. Mas não resistiu aos impulsos da política e, cedendo ao seu fascínio, foi eleito Deputado ao Congresso Constituinte Mineiro e Presidente da Câmara.

Findo o mandato, foi nomeado, em 7 de setembro de 1894, Secretário das Finanças, no governo Bias Fortes. Ao mesmo tempo, superintendeu a pasta da Agricultura, até quando se exonerou, para exercer mandato legislativo federal.

Depois de Deputado Federal, exerceu a Prefeitura de Belo Horizonte e não aceitou o mandato de Senador Estadual, optando por novo mandato na Câmara Federal. Em 1898 e 1899 fêz parte da Comissão de reconhecimento de poderes, da Câmara Federal.

Finalmente, a 1º de março de 1902, foi eleito Presidente do Estado de Minas Gerais, cargo que exerceu até 1906. Foi o organizador do 1º Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas, em maio de 1903. Deixando o governo em 7 de setembro de 1906, foi eleito Senador Federal, na vaga de João Pinheiro, desempenhando o mandato até o final, com ligeira interrupção em 1912, porque foi nomeado Ministro da Fazenda, em 18 de outubro daquele ano, durante o governo Hermes da Fonseca.

Deixando a vida pública, no final de seu mandato de Senador, Francisco Sales dedicou-se à agricultura e à indústria.

Ingressou na Faculdade em 1899, passando a integrar seu corpo docente, a partir de 17 de outubro, como Lente Substituto da segunda seção. Sua passagem pelo magistério foi rápida, porque sua renúncia ocorreu a 30 de agosto de 1900.

FRANCISCO VEIGA

(Francisco Luís da Veiga)

Nasceu em Campanha, Minas Gerais, a 10 de junho de 1834, e faleceu no Rio, aos 30 de junho de 1915.

Depois de fazer os exames preparatórios em Ouro Prêto, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se fêz bacharel. Vindo, a seguir, para a cidade mineira de Pouso Alegre, ali se casou e iniciou sua carreira profissional de advogado. De volta a Campanha, redigiu ali o "Monitor Sul-Mineiro" e, mais tarde, em Ouro Prêto, prosseguiu sua atividade jornalística, como redator da "Província de Minas", ao mesmo tempo em que, com a "Resenha Jurídica", fundava excelente publicação de doutrina e jurisprudência, a primeira no gênero.

Em 1868 foi ocupar o cargo de Secretário do Presidente de Sergipe, em substituição ao seu irmão, Evaristo da Veiga.

Com seu regresso a Minas, iniciou sua carreira política, elegendo-se Deputado Provincial e, depois, Deputado Geral pelo 6º Distrito da então Província de Minas, em 1877. No exercício de seu mandato, tratou das questões do orçamento e pregou a política conservadora e a reforma eleitoral. Discutiu problemas relativos ao Ato Adicional, à instrução pública, ao sorteio militar e à agricultura. No trato desse último problema, condenou as tendências para o industrialismo.

Afastou-se da política durante muito tempo e nela se reintegrou, em 1890, como membro da Assembléia Nacional Constituinte. De 1891 a 1911 exerceu o mandato de Deputado ao Congresso Federal, onde discutiu, de preferência, assuntos de finanças. Emitiu, em 1896, importante parecer, como relator da Comissão Mista da Câmara e do Senado, definindo os direitos do Estado sobre a exportação. As conclusões desse parecer vieram a fazer parte integrante da Lei nº 410, de 12 de novembro de 1896.

Francisco Veiga foi Vice-Presidente do Congresso federal e, durante muito tempo, relator da Comissão de Orçamento e Finanças.

Fundador da Faculdade, ingressou em seu quadro docente em 10 de dezembro de 1892, como Lente de Ciência da Administração e Direito Administrativo, do curso de ciências sociais. Exerceu essa cadeira durante todo o seu tempo de docência, ausentando-se dela apenas para cumprir mandatos legislativos.

Foi o primeiro Vice-Diretor da Faculdade, nomeado em 10 de dezembro de 1892 e eleito, sucessivamente, até 1895.

Um dos mais distintos mestres de seu tempo e jurista de brilhante cultura e sólida e variada ilustração, Francisco Veiga honrou a cátedra em que teve por substituto o dr. Barcelos Corrêa, em 1915.

GALBA VELOSO

(Galba Moss Veloso)

Natural de São Sebastião da Estrêla, município de Cataguazes, em Minas Gerais, nasceu a 1º de novembro de 1899. Faleceu, em Belo Horizonte, aos 7 de março de 1952.

Fêz o curso primário no Rio de Janeiro e, ali mesmo, no Ginásio São Bento, completou o curso secundário, em 1909. Em 1915, era doutor em Medicina, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mediante defesa da tese que intitulou "Em tórno ao sinal de Babinsky".

Enquanto estudante, fêz parte do corpo redatorial do "Jornal do Comércio", do Rio. Ainda na Capital Federal foi interino de Clínica Neurológica do Prof. A. Austregésilo e da Assistência Municipal do Rio de Janeiro, por concurso.

Depois, transferiu-se para Pará de Minas, onde clinicou, até 1921. Aí fundou o jornal de oposição "O Momento", tendo militado, intensamente, na política local. Foi eleito e reeleito vereador, em várias legislaturas.

Em 1922, transferindo-se para Belo Horizonte, aqui participou da fundação do Instituto Raul Soares. Integrou o serviço médico da Polícia Militar do Estado, na Região do Túnel, atuando como capitão médico durante a revolução de 1932. Depois disso, foi nomeado Diretor do Instituto Raul Soares, cargo que exerceu durante 10 anos consecutivos. Ao mesmo tempo, após ligeiro período de contrato, submeteu-se a concurso para a docência livre de Psiquiatria, da Faculdade de Medicina da UMG, apresentando brilhante tese, intitulada "Malarioterapia na demência paralítica". Exerceu, interinamente, a cátedra de Farmacologia da mesma Faculdade, foi Alienista do Serviço Psiquiátrico do Estado, Assistente Técnico do Diretor Geral da Assistência Hospitalar em Minas e membro da Comissão Especial, designada pelo govêrno estadual para elaborar o regulamento da assistência a psicopatas.

Em 1943, tendo assinado o famoso "Manifesto dos Mineiros", em pleno período ditatorial, foi exonerado das funções de Diretor do Instituto Raul Soares.

Galba Veloso publicou inúmeros trabalhos científicos, entre êles "Tendências da Psicologia Moderna". Além disso, divulgou diversas séries de relatórios durante sua gestão como diretor do Instituto Raul Soares e como membro da Comissão Especial destinada à elaboração do regulamento de assistência a psicopatas. É de sua autoria, ainda, o Pre-

fácio e Análise de "Psicanálise e Psiquiatria", trabalho científico do Prof. J. A. Alves Garcia, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio. Também colaborou em vários jornais e em diversas revistas médicas.

Depois de reger a cadeira de Psicologia e Lógica do antigo Colégio Universitário de Minas Gerais, Galba Moss Veloso ingressou nesta Faculdade, sob contrato, em 22 de abril de 1931. Em 22 de maio daquele ano assumiu o exercício, como contratado, da cátedra de Psicopatologia Forense, do Curso de Doutorado, na regência da qual se manteve até à provisória suspensão do curso, em 1933.

GASTÃO DA CUNHA

Nasceu, a 22 de julho de 1863, na cidade mineira de São João del Rei, e faleceu no Rio, aos 3 de julho de 1927.

Concluiu seu curso jurídico na Faculdade de Direito de São Paulo, seguindo para Rio Novo, Minas Gerais,, onde entrou no exercício das funções de Promotor Público, em 22 de dezembro de 1885, cargo em que se manteve até 1886. Em 9 de fevereiro de 1887, empossou-se como Juiz Municipal de Ubá, transferindo-se para a comarca de Tiradentes, em 29 de julho, como Juiz de Direito de Rio Preto, exercendo o cargo até 15 de novembro de 1894. Deixando a magistratura, assumiu a direção da Imprensa Oficial do Estado e a redação principal do "Minas Gerais", em 17 de novembro de 1894, atuando nessas funções até 26 de agosto de 1895, quando foi nomeado Procurador Geral do Estado. Em 6 de junho de 1896 deixou a Procuradoria, trocando-a pelo magistério superior, nesta Faculdade.

Elegeu-se Deputado Federal em 1900 e, reeleito em 1903, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara. Renunciou ao mandato em setembro de 1905, em virtude de ter sido escolhido árbitro brasileiro no Tribunal Arbitral Brasil-Boliviano, investidura com que voltou a ser distinguido, em janeiro de 1906, quando nomeado para o Tribunal Brasileiro-Peruano.

Depois, integrou a delegação brasileira à 3ª Conferência Internacional Americana, em 1907, e, algum tempo mais tarde, foi nomeado, pelo Barão do Rio Branco, enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil no Paraguai. Esteve em comissão, no Rio de Janeiro, até novembro de 1908 e, depois, de agosto de 1909 a agosto de 1911. Em 27 de junho de 1910 foi designado membro da delegação brasileira à 4ª Conferência Inter-Americana, realizada na Argentina, e, em 25 de maio de 1911, foi removido para a Suécia e Dinamarca. Em 16 de maio de 1913 foi transferido para a Santa Sé, seguindo daí para Madri, em 1914.

Regressando ao Rio, aceitou sua nomeação como Sub-Secretário das Relações Exteriores e assumiu o cargo em 20 de agosto de 1915, sendo designado Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao governo de Portugal, cargo de que se exonerou em 14 de maio de 1916. Assumindo as funções de primeiro Embaixador do Brasil na França, em 3 de dezembro de 1919, participou, no dia imediato, a convite do Presidente Poincaré, das homenagens prestadas pelo governo francês ao Príncipe Alexandre Karageorgewith, herdeiro do trono da Sérvia. A 11 de março de 1920, foi nomeado representante do Brasil no Conselho Executivo da Liga das Nações e, a 8 de novembro de 1922, aposentando-se.

do-se no cargo de Embaixador Extraordinário, regressou ao Brasil. Voltou à Europa somente em julho de 1923, quando foi condecorado com o Grande Cordão da Ordem da Polônia Restituta, pelo governo de Varsóvia, e com a Grã Cruz da Ordem Geral da Águia Branca, da Sérvia.

Gastão da Cunha passou a integrar o corpo docente desta Faculdade, como Lente Substituto da primeira secção, em 25 de fevereiro de 1896. Em 25 de maio de 1897, porém, ocorrendo a renúncia de João Pinheiro, foi promovido a Catedrático e assumiu a cátedra de Direito Público Internacional e Diplomacia. Trocou essa cadeira pela de Direito Criminal, em 13 de agosto de 1897, mediante permuta com Raimundo Corrêa. Mas continuou a lecionar Direito Público Internacional, cumulativamente com Direito Internacional e Diplomacia, que Raimundo Corrêa não pudera assumir. Essa substituição ocorreu até 1898. Finalmente, assoberbado pelas delegações da diplomacia brasileira, Gastão da Cunha renunciou, em 5 de março de 1908. Sua vaga foi preenchida por Ferreira Tinôco.

GONÇALVES CHAVES

(Antônio Gonçalves Chaves)

Nascido em Montes Claros, Minas Gerais, em 16 de setembro de 1840, faleceu em Belo Horizonte, aos 28 de novembro de 1911.

Completando o curso de preparatórios em sua terra, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e ali fez-se bacharel, na turma de 1863, juntamente com Campos Sales, Prudente de Moraes e Bernardino de Campos.

Depois de exercer, durante algum tempo, a magistratura, dedicou-se à política, formando entre os que militaram no Partido Liberal e elegendo-se, logo, Deputado Provincial. Foi reeleito, mais de uma vez, até 1878, quando voltou à magistratura. Em 1883 foi Presidente da Província de Santa Catarina e, posteriormente, da Província de Minas Gerais, até 1886, deixando o governo para exercer, até 1890, o cargo de Juiz de Direito de Mariana.

Proclamada a República, Gonçalves Chaves voltou às lides políticas e fez-se Deputado ao Congresso Constituinte. Logo em seguida, foi eleito representante mineiro na Câmara dos Deputados Federais, de que foi o primeiro Presidente. Findo o mandato, participou da Comissão que elaborou o projeto da Constituição do Estado para, em 1893, ser eleito Deputado e Senador por Minas. Optou por este último mandato, que desempenhou até 1903. Não teve atividade pública até 1906, mas neste ano foi mandado, como Senador, ao Congresso Estadual, tendo sido escolhido seu Presidente.

De sua fase parlamentar é o seu magnífico parecer sobre "Direito de Família", que lhe grangeou grande renome como jurista. Além disso, a regulamentação do art. 6º da Constituinte Federal, a definição legal do estado de sítio, o projeto do Código Civil — para só lembrar os assuntos máximos por ele versados no parlamento republicano —, ofereceram ensêjo a que o eminente jurisconsulto defendesse com talento e com bravura o sentimento do eleitorado mineiro e para que patenteasse a intuição e o critério jurídico que o destacavam entre os cultores do direito em nosso País.

Como jornalista, participou, ativamente, das campanhas dos órgãos políticos "Jequitinhonha" e "Reforma". Como advogado, possuiu o escritório de consultas mais procurado de seu tempo.

Fundador da Faculdade, participou de todos os movimentos preliminares tendentes à concretização da medida e apenas não assinou a ata de fundação. Mas, em 10 de dezembro de 1892 empossou-se como

Lente de Direito Civil, do curso de ciências jurídicas. Exerceu sua cadeira até falecer, sendo sua vaga preenchida, em 13 de dezembro de 1911, com a transferência do dr. Tito Fulgêncio para a cadeira de Civil.

Eleito vice-diretor em 16 de novembro de 1904, assumiu o exercício interino da direção em 24 de novembro, em substituição ao Conselheiro Afonso Pena, impedido. Dirigiu o Instituto, nessa qualidade, durante todo o tempo de seu mandato de vice-diretor, com exceção do período de 25 de julho de 1905 a 2 de março de 1906, quando a direção coube, interinamente, a Camilo de Brito. Todavia, em 3 de agosto de 1909 a Congregação elegeu Gonçalves Chaves o segundo diretor efetivo da Faculdade, cargo que êle exerceu e honrou até sua morte.

Na direção, seu substituto foi o dr. Francisco Mendes Pimentel.

GUDESTEU PIRES

(Gudesteu de Sá Pires).

Nasceu, em 20 de maio de 1890, na cidade mineira de Ouro Preto. Faleceu aos 14 de junho de 1948.

Estudou as primeiras letras em Ouro Preto e cursou os preparatórios, também na terra natal, no Ginásio Mineiro, hoje Colégio Estadual. Em seguida, matriculou-se nesta Faculdade, cursou-a até 1910 e, nesse ano, transferiu-se para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio, hoje Faculdade Nacional de Direito, onde recebeu grau de bacharel, em 1911.

Quando acadêmico, em Belo Horizonte, foi auxiliar do Sub-Procurador do Estado e secretariou a Revista Forense. Depois de formado, retornou a esta Capital, onde montou escritório de advocacia e foi professor de História, em vários colégios particulares.

Foi fundador do Instituto da Ordem dos Advogados de Minas, em 1915, e exerceu o cargo de Secretário. Em 1919, foi um dos fundadores do jornal "Estado de Minas" e seu Diretor-Secretário.

Dedicando-se à política, Gudesteu Pires foi eleito, em 1920, membro do Conselho Deliberativo Municipal, hoje Câmara Municipal de Vereadores. Em 1922, conseguiu eleger-se Deputado Estadual, tendo sido o relator do Projeto do Código de Processo Civil. Reeleito, em 1923, participou da organização do Projeto de Divisão Administrativa do Estado.

Depois de um ligeiro período de afastamento da política, em 1924, quando exerceu as funções de Advogado Geral do Estado, voltou a merecer o sufrágio popular, dessa feita para a Câmara Federal, na qual representou Minas, de 1925 a 1926. Em 1926, aceitou o convite para dirigir a Secretaria das Finanças do govêrno Antonio Carlos e, em seguida, abandonou, de vez, a política.

Em 1929 foi eleito Diretor do Banco de Crédito Real do Estado de Minas e, de 1931 a 1943, exerceu a direção do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, até quando se transferiu para o Rio, onde passou a advogar. Em 1945, foi nomeado Diretor do Banco do Brasil, cargo que exerceu durante algum tempo.

Entre outras obras e trabalhos, Gudesteu Pires deixou "O Poder Executivo e a aplicação de suas atribuições" (1935); "Sociedades Anônimas" (1935); "Manual das Sociedades Anônimas" (1942); "Arrazoados Forenses" (memórias, de 1912 a 1945); e "Moeda e Bancos", tese apresentado ao Congresso Nacional de Economia, em 1943.

Antes de ingressar no corpo docente desta Faculdade, Gudesteu Pires foi seu Secretário, nomeado em 1913. Empossou-se no cargo em 14 de junho e exerceu-o até outubro de 1916. Em seguida, submeteu-se a concurso para

Lente Substituto da quinta secção, compreendendo Economia Política, Ciência das Finanças e Direito Administrativo. Foi aprovado em 27 de novembro de 1916 e empossou-se em 1º de dezembro de mesmo ano. Em 1920 lecionou Direito Romano, em substituição, fazendo-o, também, em relação às cátedras de Direito Comercial, em 1922, e Direito Criminal, em 1924. Em 30 de maio de 1924 foi promovido a Catedrático de Economia Política, na vaga de Bernardino de Lima. Licenciou-se por 1 ano, em 31 de dezembro de 1930 e, em 1º de março de 1931, transferiu-se para a cátedra de Direito Administrativo, na vaga de Barcelos Corrêa. Licenciou-se em 1935 e não mais voltou à regência de sua cadeira.

Gudesteu Pires foi substituído, na cátedra de Economia Política, por Olinda de Andrada, em 1934, e, na de Direito Administrativo, por Onofre Mendes únior, em 1952.

Logo após os acontecimentos de 1930, foi eleito Diretor, em substituição a Mendes Pimentel, em 1º de dezembro. Dirigiu a Faculdade apenas durante um mês, porque renunciou ao cargo a 31 de dezembro, sendo substituído por Francisco Brant.

HEITOR DE SOUZA

Nasceu no Estado de Sergipe, no ano de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1929.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1888, vindo para Minas, onde iniciou sua vida profissional.

Fêz tôda uma longa carreira jurídica nêste Estado, tendo exercido a Promotoria Pública em várias comarcas do Interior mineiro. Quando deixou o Ministério Público, em 1893, instalou banca de advocacia em Carangola e ali contraiu núpcias.

Um ano mais tarde, em 1894, transferiu-se para Cataguazes, conceituando-se, logo, como grande causídico, em tôda a Zona da Mata que, afinal, fê-lo deputado ao Congresso Mineiro.

No exercício das funções legislativas, Heitor de Souza fêz-se admirar como primoroso orador, pela eloquência e pelos admiráveis conhecimentos literários e jurídicos.

Em 1896, afastando-se das atividades políticas, foi nomeado Sub-Procurador Geral do Estado, cabendo-lhe defender os interesses mineiros na célebre questão Werneck, motivada pelo arrendamento da estância de águas virtuosas. Sua atuação valeu calorosos aplausos de Rui Barbosa.

Depois, exonerou-se da Sub-Procuradoria e voltou à política, para exercer mandato legislativo federal, que lhe foi outorgado pelo povo do Espírito Santo. Sofreu o primeiro insulto da moléstia que o vitimou quando, na tribuna do Parlamento Nacional, defendia o seu diploma de Deputado, contestado por um candidato oposicionista. Afinal, reconhecido seu mandato, exerceu-o com relêvo, tendo sido o líder da bancada espiritosantense. Ao mesmo tempo, passou a advogar no Rio, formando um dos mais rendosos escritórios da Capital Federal. Reeleito Deputado Federal pelo Espírito Santo, em 1921, voltou a desempenhar, com invulgar brilho, suas funções legislativas, até que foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, no govêrno Artur Bernardes, em 1922.

Na mais alta côrte do País, Heitor de Souza deu provas magníficas de seu saber jurídico, proferindo votos que lhe valeram maior brilho ao nome, como no famoso caso da telefônica. Acabou falecendo em plena sessão do Supremo Tribunal, de que era uma das mais destacadas figuras de juiz.

Na Faculdade, Heitor de Souza foi contratado, em 4 de julho de 1914, como Lente Substituto de Processo Civil e Comercial. Em 28 de abril de 1915, foi promovido a Substituto da sétima secção, sendo-lhe designada a cadeira de Direito Civil. Assumiu a cátedra de Direito Civil, como seu titular, em 9 de julho de 1919, na vaga de Sabino Barroso. Em 1922, renunciou para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo sua vaga preenchida pelo dr. Jacques Dias Maciel, em fevereiro daquele ano.

HENRIQUE SALES

(Henrique de Magalhães Sales)

Nasceu em Mar de Espanha, Minas Gerais, em 21 de agosto de 1848, e faleceu em Juiz de Fora, aos 25 de outubro de 1913.

Fêz o curso de humanidades no Colégio Freese, de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, e concluiu seus estudos preparatórios no Colégio de Medeiros e Albuquerque, no Recife. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1871, vindo a exercer a advocacia em Ubá, onde se casou.

Foi Promotor de Justiça em Ubá, durante um ano e quatro meses. Removido para Barbacena, não aceitou a remoção e, logo depois, foi nomeado Juiz Municipal do Têrmo de Ubá, cargo que também recusou, por motivos de crenças políticas. Quando Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de Minas, no Governo de Silveira Lobo, demitiu-se, juntamente com o Presidente e, em 1881, passou a advogar em Ouro Preto. Imediatamente após, foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa Provincial. Eleito Vice-Presidente da Província de Minas, assumiu o exercício da Presidência, mantendo-se nêle durante quatro meses, após a morte de Teófilo Otoni Filho.

No Gabinete Lafayette, foi Presidente da Província de Alagoas, exercendo o cargo durante um ano e quatro meses. De regresso a Minas, foi eleito Deputado à Assembléia Geral Legislativa, pelo então 7º Distrito. Com a proclamação da República, em 1889, retirou-se da política, consagrando-se à advocacia e, em seguida, à sua cátedra, nesta Faculdade. Em 1892, recusou sua indicação como candidato à representação mineira no Congresso Federal, pedindo fosse seu nome substituído pelo do Conselheiro Mayrink, que foi eleito. Mais tarde, porém, Silviano Brandão conseguiu sua aquiescência, no sentido de que êle se candidatasse à representação federal. Foi eleito Deputado Federal e obteve sucessivas reeleições. Condecorado com a "Ordem da Rosa", não aceitou a nomeação e seu título, assinado pelo Imperador, foi encontrado, mais tarde, na Delegacia do Tesouro.

Henrique Sales foi professor de Geometria no Liceu de Ouro Preto e dedicou grande parcela de sua vida ao magistério. Dêle se disse que "foi um dos varões que se impuzeram pela vida de gestos e de abnegação, pelo talento, pelo coração e pelo inigualável prestígio de seu caráter".

Fundador da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, ingressou em seu quadro docente aos 10 de dezembro de 1892, quando se empossou como Lente de Direito Comercial, do Curso de Ciências Jurídicas. Exerceu

sua cátedra até 1913, e sempre na regência de Direito Comercial, cadeira afinal provida pelo então Substituto da secção, João Luiz Alves.

Em 6 de dezembro de 1895, Henrique Sales foi eleito, pela primeira vez, Vice-Diretor da Faculdade, obtendo, a seguir, sucessivas reeleições, até 1901. Com ligeiros intervalos em abril, julho e setembro (substituído por Camilo de Brito) e outubro (substituído por Sabino Barroso) de 1897 —, esteve no exercício da direção da Faculdade, em virtude de impedimento do Conselheiro Afonso Pena, até 8 de abril de 1899, quando o Diretor efetivo reassumiu seu cargo.

JACQUES MACIEL

(Jacques Dias Maciel)

Natural de Patos de Minas, neste Estado, nasceu aos 14 de junho de 1883. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 1º de março de 1953.

Fêz o curso primário na terra natal, transferindo-se daí para Barbacena, onde fêz os preparatórios e prestou os exames parcelados no Ginásio Mineiro local.

Matriculou-se nesta Faculdade em 1901 e, depois de curso brilhante, graduou-se em 26 de novembro de 1905, como orador de sua turma, que foi paraninfada por Virgílio Martins de Melo Franco.

Depois de formado, transferiu-se para Leopoldina. Ali exerceu a Promotoria, de 1906 a 1907, inclusive, e foi um dos fundadores do Ginásio Leopoldinense. Em 1908 voltou à sua terra, Patos de Minas, ainda como Promotor. Fundou o Colégio de Patos, foi seu professor e manteve-se ali até 1915, quando se transferiu para Belo Horizonte.

Aqui montou escritório de advocacia e lecionou, nesta Faculdade. Em 1926, mudou-se para o Rio, onde foi professor, tabelião nomeado e Presidente do Instituto Mineiro do Café. Coube-lhe fundar, no Distrito Federal, o Banco Mineiro do Café, em 1934.

Jacques Maciel ingressou no corpo docente desta Faculdade, mediante concurso, em 16 de outubro de 1920, como Lente Substituto da terceira secção, de Direito Civil. Contudo, em 1921 lecionou Direito Romano e somente em 1923 assumiu a docência de Civil, quando foi promovido a Catedrático, na vaga de Heitor de Souza. Lecionou até 27 de outubro de 1926, quando renunciou à cátedra. Seu substituto foi Orozimbo Nonato da Silva.

JOÃO LUÍS ALVES

Nasceu em Juiz de Fora, neste Estado, em 1868, tendo falecido em Paris, França, aos 15 de novembro de 1925.

Fêz seus primeiro estudos e concluiu humanidades em Juiz de Fora, após o que se matriculou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde completou o curso jurídico, em 1889.

Formado, dirigiu-se a Campanha, no Estado de Minas, para o exercício das funções de Promotor de Justiça, para que fôra nomeado. Ali se casou e exonerou-se do cargo, para dedicar-se à advocacia.

Ingressou na política municipal de Campanha, elegendo-se Presidente de sua Câmara. Na ameaça da divisão política, ficou com os chefes tradicionais da época, entre os quais Silviano Brandão. No governo dêste é que saiu Deputado Mineiro, pela quinta circunscrição. Combativo, leal, conhecedor dos problemas e dos fenômenos políticos, teve méritos indiscutíveis em tôdas as campanhas partidárias, inclusive na direção do jornal oficial do partido, "Diário de Minas". Foi jornalista arrojado. Em 1903, na renovação do Congresso Nacional, voltou a conquistar um lugar de representante do quarto distrito mineiro. Paladino de uma política de amparo e proteção ao trabalho nacional, forçou a promulgação de leis aduaneiras, marcando um dos maiores surtos da indústria brasileira.

Em seguida, foi eleito Senador pelo Espírito Santo e travou, no Senado, grandes debates, sobretudo um, sobre matéria constitucional, com Rui Barbosa. Foi dos melhores companheiros de Pinheiro Machado, na linha de frente republicana, nas lutas travadas durante os governos Afonso Pena e Hermes da Fonseca. No governo estadual de Artur Bernardes, foi Secretário das Finanças, em substituição a Afrânio de Melo Franco. Elaborou vários regulamentos, tendentes à facilidade da arrecadação. Durante a gestão Bernardes, no plano Federal, foi Ministro da Justiça, em 1922. Fêz reformas na justiça do Distrito Federal e no ensino do Brasil. Em dezembro de 1924, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, seguindo para a Europa, em março de 1925, para tratamento de saúde.

João Luís Alves publicou vários trabalhos de direito, principalmente "Comentários ao Código Civil", um dos mais preciosos e eruditos documentos já publicados sobre o assunto. Além disso, foi membro da Comissão que estudou o Projeto do Código Civil e Presidente da Comissão Especial de reforma do Código Comercial. Na Câmara, foi membro e Presidente da Comissão de Legislação e Justiça.

Foi professor da Academia de Altos Estudos e membro do Instituto dos Advogados do Rio, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, do Instituto Geográfico Brasileiro, do Congresso Jurídico Americano, do Congresso Científico Latino-Americano e de muitas outras associações.

Ingressou no corpo docente da Faculdade em 2 de setembro de 1900, como Lente Substituto da segunda secção. Exerceu a cadeira de Direito Administrativo, de 1902 a 1904, como substituto, além de ministrar o Curso Complementar de Ciência das Finanças, em 1902 e, em 1904, lições de Economia. Em 21 de setembro de 1913 transferiu-se para a secção quinta, ainda como Lente Substituto, e foi promovido a Catedrático de Direito Comercial, aos 16 de novembro de 1913, na vaga de Henrique Sales. Em 1920, substituiu o catedrático de Direito Civil, provisoriamente, e renunciou à sua própria cátedra em 31 de março de 1925, em virtude de sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal. Seu substituto foi Juscelino Barbosa, promovido à cátedra, tendo a Congregação, na data de sua renúncia, conferido-lhe o título de Lente Honorário.

JOÃO PINHEIRO

(João Pinheiro da Silva)

Nasceu no Sêro, Minas Gerais, em 16 de dezembro de 1860, a faleceu em Belo Horizonte, aos 26 de outubro de 1908.

Fêz preparatórios no Seminário de Mariana e, depois, de uma só vez, completou todos os exames de humanidades em Ouro Prêto, matriculando-se na Escola de Minas. Após três anos de curso, preferiu transferir-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, em 1882. Ali bacharelou-se, em 1887, voltando a Ouro Prêto, onde advogou e participou, ativamente, da propaganda republicana.

Participou, em 15 de novembro de 1888, do Congresso Republicano, em Ouro Prêto. A partir de 1889 dirigiu o órgão de propaganda republicana denominado "Movimento". Após a Proclamação da República, foi nomeado Secretário de Cesário Alvim, assumindo o governo de Minas com a nomeação do Governador para Ministro do Interior do Governo Provisório. Nêsse período, criou a Repartição de Estatística, em Ouro Prêto, e a Exposição Permanente de Produtos Agrícolas e Industriais.

Deixou o governo em julho de 1890 e elegeu-se Deputado à Constituinte Nacional, participando da Comissão dos Vinte e Um, encarregada da elaboração do Pacto Fundamental. Depois voltou a Ouro Prêto, em 1892. Em 1904 elegeu-se Senador da República, depois de, em 1903, haver dirigido o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, reunido em Belo Horizonte.

Ascendendo à Presidência do Estado, cargo que exerceu de 1906 a 1908, quando faleceu —, João Pinheiro publicou o seu célebre Manifesto-Programa, de 7 de fevereiro de 1906, expondo seus princípios de fé política e os problemas que exigiam medidas urgentes da administração. Esse manifesto constituiu um decálogo dos republicanos mineiros e, num de seus tópicos, João Pinheiro pregava "o amor por tôdas as liberdades, a começar pela espiritual, que é a mais alta liberdade de pensamento, de consciência e de religião; liberdade de palavra, assim falada como escrita — garantidas pela lei, exercidas dentro da ordem".

Um dos fundadores da Faculdade, foi provido, em 10 de dezembro de 1892, na cátedra de Direito das Gentes, Diplomacia e História dos Tratados, do curso de ciências sociais. Licenciou-se em dezembro de 1894, primeiramente. Retornou ao exercício após três meses e voltou a licenciar-se em março de 1895, não mais voltando à cátedra. Em 25 de maio de 1897 renunciou à cadeira, cuja denominação passou a Direito Internacional e Diplomacia.

Sua vaga foi preenchida pelo dr. Gastão da Cunha, em 25 de maio de 1897.

JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA

(José Antônio Saraiva Sobrinho)

Nasceu no Estado da Bahia, em 19 de março de 1856, e faleceu no Rio, aos 31 de julho de 1913.

Levado à Europa, aos 12 anos, pelo seu tio, o Conselheiro Saraiva, iniciou seus estudos de humanidades em Paris, no Colégio dos Jesuítas, concluindo-os, mais tarde, em Recife, em cuja Faculdade de Direito matriculou-se, em 1874, para formar-se em novembro de 1878.

Regressou logo à Bahia, em 1879, nomeado Promotor Público de Ilhéus. Um ano após, transferiu-se para Minas Gerais, exercendo o cargo de Juiz Municipal de Cataguazes, em 1880. Em 1881, passou-se para Leopoldina e, em 1884, foi nomeado Juiz de Direito de Pitangui. Em 1885, seguiu para Sergipe, onde exerceu as funções de Chefe de Polícia. Voltando a Minas, foi nomeado Juiz de Direito de Caldas, transferindo-se, em 1890, para Rio Preto. Reorganizado o Tribunal da Relação, com o advento da República, Saraiva foi nomeado Desembargador e primeiro Procurador Geral do Estado.

No exercício da Procuradoria, elaborou um relatório que lançou as bases da organização do Ministério Público mineiro. Deixando-a, passou a intervir apenas nas deliberações do Tribunal, como Juiz. Em 1903, em virtude de nova reorganização do Tribunal, foi designado para a Câmara Civil. Finalmente, antes de aposentado, foi eleito seu presidente.

Na Faculdade, Saraiva foi, primeiramente, Delegado Fiscal do Governo da República, de 1892 a 1897. Depois, ingressou no corpo docente do Instituto, em 22 de outubro de 1889, como Lente Substituto da sexta secção, tendo exercido a cátedra de Direito Comercial, de 1901 a 1906, em períodos não consecutivos. A partir de 19 de abril de 1906 licenciou-se, retornando ao exercício da substituição, em janeiro de 1907. Em 29 de julho de 1911 foi promovido a Catedrático de Direito Comercial, na vaga ocorrida com o falecimento do desembargador Rezende Costa. Regeu sua cadeira até pouco antes de ocorrer seu falecimento, sendo substituído por Estevão Pinto.

Por inspiração sua, criou-se, na Faculdade, em 3 de junho de 1912, a "Fundação Rio Branco", destinada a premiar os alunos distintos da Escola. Saraiva, cujos estudos sobre o sistema cambial lhe valeram renome admirável, transferiu todos os seus direitos de autor da grande obra "A Cambial", de 1908, à Fundação cuja criação se deveu ao seu esforço.

JOSÉ EDUARDO

(José Eduardo da Fonseca)

Natural de Mariana, Minas Gerais, nasceu em 1º de outubro de 1883, falecendo em Belo Horizonte, aos 16 de outubro de 1936.

Após realizar o curso primário em Ouro Preto e o secundário em Belo Horizonte, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, frequentando-a até o terceiro ano, inclusive. Transferiu-se para esta Faculdade e aqui concluiu o Curso de Bacharelado, em 7 de dezembro de 1904.

Durante seu período de estudos em São Paulo, demonstrou sua vocação jornalística e literária, através de constante colaboração nos órgãos da imprensa bandeirante, em geral. Chegou a dirigir o jornal "Cidade de Santos", no qual inseriu várias contribuições, no melhor estilo literário.

Depois de formado, foi nomeado Promotor de Justiça em Mar de Espanha, em 1905. Mais tarde, reuniu alguns de seus trabalhos dessa fase em "Justiça Criminal". Vindo para Belo Horizonte, advogou e dedicou-se ao magistério, ocupando a cadeira de Psicologia e Filosofia, do antigo Ginásio Mineiro, onde lecionou também História da Civilização. Abraçando o magistério superior, assumiu, primeiramente, a cátedra de Legislação e Organização das Indústrias, da Escola de Engenharia da UMG.

Ingressando no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, foi seu orador oficial. A margem disso, sua atividade literária elevou-o à Academia Mineira de Letras, em 13 de maio de 1910. As credenciais que o indicaram à honrosa investidura foram obras de alto significado. Além de publicações jurídicas do tipo de "Introdução ao estudo do Direito Público", considerada obra notável sobre a matéria, "Legislação de terras" e "Um incidente judiciário" — que o colocaram na categoria dos maiores juristas e advogados de seu tempo —, José Eduardo publicou, na mesma fase de "A palavra pública", a admirável obra que é "Viagem à Mata" e "O Patriarca da Imprensa", êste um estudo sobre Evaristo da Veiga.

Na Faculdade, José Eduardo foi nomeado Substituto Interino, em 1921 e, em 29 de julho de 1922, promovido a docente de Direito Público e Constitucional, graças aos seus trabalhos sobre a matéria. Lecionou até 1925, na qualidade de docente e, em 25 de maio desse ano, foi promovido a Catedrático de Direito Público Constitucional, recomendado pela obra notável que publicára — Introdução ao estudo do Direito Público —,

assim julgada segundo despacho do "Diário Oficial" de agosto de 1922. Regeu, também, as cátedras de Economia, em 1926, e de Internacional Público, desde a licença de Afrânio de Melo Franco até 1930. Criado o Curso de Doutorado, foi provido na cátedra de Direito Público (TGE), em 22 de maio de 1931. Em 1936 lecionou, depois da suspensão do Curso de Doutorado, a cadeira de Direito Civil, cumulativamente com a sua. Quando faleceu, sua vaga foi preenchida, interinamente, por Odilon de Campos Andrade.

Seu sucessor na cadeira foi Mário Casasanta, novo Catedrático, que o substituiu a partir de 19 de dezembro de 1938.

JOSÉ PEDRO DRUMOND

Nasceu em São Domingos do Prata, em 24 de fevereiro de 1855, e faleceu em Belo Horizonte, em 20 de novembro de 1923.

Fêz seus estudos preparatórios no Colégio do Caraça e no Seminário de Mariana. Em seguida, cursou a Escola de Medicina do Rio, doutorando-se em 29 de dezembro de 1880.

Transferiu-se para Santa Bárbara, onde passou a clinicar. Ali, foi ainda Presidente da Câmara Municipal. Depois instalou seu consultório em Ouro Preto e, posteriormente, em Belo Horizonte.

Político, foi eleito Senador Estadual em 1892 e tomou parte ativa na discussão do problema de mudança da Capital para Belo Horizonte. Sua atuação foi, no caso, praticamente decisiva, tamanho empenho colocou o Senador na defesa do ponto de vista mudancista. Em razão disso, teve seu mandato renovado, várias vezes, e acabou por participar, diretamente, da vida administrativa da nova Capital, integrando o Conselho Deliberativo.

Enquanto professor da Faculdade, era também seu aluno, porque decidiu-se a fazer o curso de ciências jurídicas e sociais. A 30 de novembro de 1902 bacharelou-se nesta Faculdade, onde lecionava Medicina Legal.

Estendeu, mais, sua vocação para o magistério, lecionando na Faculdade de Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte, de que foi Diretor.

Foi gerente da Agência do Banco de Crédito Real em Belo Horizonte e Presidente da Associação Comercial de Minas.

Começou a integrar o corpo docente da Faculdade em 25 de fevereiro de 1896, como Lente Substituto da terceira secção, passando a reger, imediatamente, a cátedra de Medicina Pública. Em 15 de março de 1896, vaga a cadeira com a renúncia do dr. Francisco Catão, José Pedro Drumond é promovido a catedrático, tendo exercido sua cadeira, com dedicação e eficiência, até 18 de julho de 1923, quando se licenciou para tratamento de saúde. Não retornou à cátedra que, vaga com sua morte, foi provida mediante promoção do dr. Washington Pires.

JUSCELINO BARBOSA

Nasceu em 1875, no Distrito de Chapada, município de Minas Novas, neste Estado. Faleceu aos 9 de outubro de 1947, em Belo Horizonte.

Fêz o curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo-o em 1891, após o que retornou ao seu Estado.

Em 1892 era Promotor de Justiça em Teófilo Otoni e, ali, fundou o semanário "Mercure". Em seguida, foi assumir o cargo de Secretário do Ministro da Viação, dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, regressando para exercer outras funções, em Minas Gerais. Durante os governos de Bueno Brandão e Wenceslau Braz foi o Secretário das Finanças e, depois disso, exerceu o cargo de Prefeito de Poços de Caldas.

Mais tarde, Juscelino Barbosa foi Advogado Geral do Estado, Deputado Estadual e Diretor da Rêde Mineira da Viação.

Foi, com Estevão Pinto e Mendes Pimentel, um dos fundadores do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e seu Diretor, durante vários anos. Fundou, também, o jornal "Estado de Minas" e dedicou grande parcela de sua vida ao triunfo do órgão que criara e de que foi o primeiro Diretor. Como jornalista, foi dos que mais distinguiram a imprensa em nosso meio.

Juscelino Barbosa exerceu, em 1912, o cargo de Inspetor do Governo Federal junto a esta Faculdade, a que, em seguida, iria pertencer como de seus mais distintos professores.

Após ligeiro período de inspeção, ingressou no corpo docente da Faculdade como Substituto Interino, em 24 de março de 1913, depois do que lecionou Legislação Comparada. Em 16 de novembro de 1913, foi nomeado Substituto Efetivo da quinta secção, mas lecionou Direito Comercial, em 1924 e 1925, e Direito Romano, em 1925. Em 31 de março de 1925 foi promovido a Catedrático de Direito Comercial, na vaga de João Luiz Alves. Esteve licenciado, a partir de 10 de março de 1926, prorrogando sua licença, por mais um ano, em 10 de março de 1927. Voltou a exercer a cadeira por pouco tempo, de 1928 até 5 de dezembro de 1930, quando renunciou.

Sua vaga foi ocupada por Rodolfo Jacob, interinamente, e por Lincoln Prates, em definitivo, a 24 de junho de 1935.

LEVINDO LOPES

(Levindo Ferreira Lopes)

Natural do Rio, nasceu em 3 de fevereiro de 1844 e faleceu, em Belo Horizonte, aos 7 de agosto de 1921.

Após os preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu bacharel em 28 de novembro de 1866, depois de curso notável, em meio ao qual encontrou tempo para escrever um interessante compêndio de Geometria.

Em 1868 foi ocupar a Promotoria de Justiça de São João do Príncipe, no Estado do Rio, na qual se manteve até 1871. Em 1874 serviu como Juiz de Direito de Santana do Paranaíba, no Estado de Mato Grosso. E, de 1887 a 1889, exerceu as funções de Chefe de Polícia, em Ouro Preto, onde permaneceu advogando.

Eleito Deputado ao Congresso Constituinte, exerceu a Presidência da Câmara até 1894, ano em que foi eleito Senador Estadual, com mandato sempre renovado.

Proclamada a República, coube a Levindo Lopes a Presidência da Repartição de Estatística, em Ouro Preto. Foi, depois, Presidente do Conselho Deliberativo, já em Belo Horizonte, Presidente do Senado Mineiro e Vice-Presidente do Estado, no governo Delfim Moreira. Sua passagem pelo Conselho Deliberativo durou 20 longos anos.

No Império, escreveu sôbre o "Elemento servil", tendo publicado outras inúmeras obras jurídicas. Foi condecorado pelo Imperador Pedro II com a comenda da "Ordem da Rosa", por relevantes serviços prestados ao País.

Levindo Lopes foi um fundadores da Santa Casa de Misericórdia, em Belo Horizonte, e, durante muito tempo, seu Vice-Provedor.

Fundador da Faculdade, em Ouro Preto, foi seu primeiro Lente efetivo de Processo Criminal, Civil e Comercial, do curso de ciências jurídicas, empossado em 10 de dezembro de 1892. Lecionou, ainda, a cadeira de Explicação Sucinta do Direito Prático Processual, do curso de notariado, na qual foi provido na mesma data. Mais tarde, com as sucessivas reformas do ensino, sua cadeira do curso de ciências jurídicas transformou-se, simplesmente, em Teoria e Prática do Processo Criminal e foi por êle exercida até o falecimento, em 1921.

Substituiu-o, efetivamente, o dr. Francisco Brant, em 9 de agosto de 1921.

Levindo Lopes foi Vice-Diretor da Faculdade, eleito em 17 de agosto de 1902 e reeleito por três períodos consecutivos. Assumiu o exercício da direção em junho de 1903, em virtude de impedimento do Conselheiro Afonso Pena.

LINCOLN PRATES

Nascido em Montes Claros, a 26 de dezembro de 1889, concluiu seus estudos preliminares em Belo Horizonte, no Ginásio Mineiro, no ano de 1908. Em seguida, matriculou-se nesta Faculdade, recebendo o grau de bacharel em 12 de dezembro de 1911. Foi o orador de sua turma.

Iniciou sua vida profissional em Belo Horizonte, onde advogou, primeiramente, e, depois, exerceu, por longos anos, o magistério e a magistratura. Durante êsse tempo, fêz parte da Comissão Técnica Consultiva de Belo Horizonte, criada pelo Prefeito Soares de Matos para colaborar na solução de problemas urbanos e dar parecer sôbre assuntos que, dependentes da municipalidade, interessavam à vida coletiva. Foi Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e Vice-Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados, secção mineira, de que ainda é membro.

De 1º de fevereiro de 1924 a 30 de novembro de 1925, foi Secretário Geral do Estado do Amazonas, quando Interventor o dr. Alfredo Sá. Em 1926, foi eleito Deputado Federal por aquêle Estado e, reeleito para o segundo período, renunciou em 12 de agosto de 1929, voltando a Belo Horizonte e à sua cátedra. Foi duas vêzes Procurador Geral do Estado, em 1936 e 1946, até que foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça, com assento nas Câmaras Criminal, primeiramente, e, depois, Civil. Por duas vêzes integrou o Tribunal Regional Eleitoral.

È extensa a relação de suas publicações jurídicas, que compreende obras de valor e copiosa colaboração nas revistas especializadas. Quando ainda Procurador do Estado, em 1941, publicou uma seleção de "Pareceres e Acórdãos", que emitiu antes da vigência do novo Código de Processo Civil. Dentre seus trabalhos mais importantes destaca-se "Recurso Extraordinário — Retroatividade e territorialidade das leis processuais", tese de concurso, que ofereceu em 1918. Publicou, ainda, a obra didática "Manual de Direito Comercial", edição da Faculdade, considerada um dos melhores trabalhos do gênero.

Ingressou na Faculdade, como Lente Substituto da sétima secção, mediante concurso encerrado em 9 de novembro de 1918. Assumiu, inicialmente, a cadeira de Direito Civil, que lecionou sempre, cumulativamente com Processo, até 1926. Licenciou-se e voltou como Catedrático de Prática do Processo Civil, promovido em 24 de janeiro de 1929, na vaga de Rafael Magalhães. Criado o Curso de Doutorado, foi provido na cátedra de Direito Romano, em 22 de maio de 1931. No Curso de Bacharelado, continuou acumulando Processo e Direito Comercial, até 24 de junho de 1935, quando foi transferido, em definitivo, para essa última cadeira. Acumulou as duas cátedras de Direito Comercial do

curso, ficando Cândido Naves no exercício de Processo. Aposentou-se em 18 de julho de 1958, vindo a ocupar interinamente sua cadeira o dr. Darcy Bessone de Oliveira Andrade.

Em 31 de dezembro de 1930, foi eleito Vice-Diretor da Faculdade e obteve várias reeleições. Nessa qualidade, exerceu a direção interina, no impedimento do titular, de 6 de outubro de 1937 a 22 de setembro de 1941. Em 27 de maio de 1950 a Congregação elegeu Lincoln Prates seu Diretor, no primado da federalização da Faculdade. Exerceu o cargo até 29 de março de 1955, deixando-o para assumir as funções de Reitor da Universidade de Minas Gerais. Foi nomeado Reitor em 23 de março, empossou-se em 2 de abril de 1955 e exerceu as altas funções até 1º de abril de 1958. Aposentou-se, também, como Reitor, por Decreto de 18 de julho de 1958.

LÚCIO BITTENCOURT

(Carlos Alberto Lúcio Bittencourt)

Natural de Juiz de Fora, Minas Gerais, nasceu aos 19 de julho de 1911, falecendo a 10 de setembro de 1955, em desastre aéreo, quando em plena campanha como candidato ao governo de Minas.

Fêz os estudos primários em sua terra e no Rio. Completou o curso fundamental no Colégio Pedro II, da Capital da República, bacharelando-se, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1932.

Antes de formar-se, era Oficial de Secretaria do Tribunal de Apelação, no Rio, graças a concurso de que saiu vitorioso, em 1930. Em 1933, ainda por concurso, foi nomeado Juiz Pretor, então primeiro grau da Judicatura no Distrito Federal. Em 1936 assumiu um dos postos de direção da Revista Forense, com Narcélio de Queiroz, Oswaldo Murgel, Prudente Siqueira e outros. Em 1939 submeteu-se a concurso para Promotor Adjunto do Distrito Federal e foi aprovado, tendo assumido as funções no ano seguinte. Em 1940, assumiu o cargo de Técnico de Administração do DASP, mediante concurso em que foi o primeiro classificado. Lecionou Administração Comparada no curso instituído pelo DASP, em 1943, quando já era, naquele Departamento, Consultor Jurídico. Exerceu a Consultoria Jurídica do DASP e da LAB, até 1945, quando se exonerou, para realizar estudos especializados de administração em Universidades norte-americanas, nas quais obteve o título de "Master of Arts".

Lúcio Bittencourt foi eleito Deputado Federal, por Minas Gerais, em 1950. Exerceu todo o mandato e, em 1954, o eleitorado mineiro conduziu-o ao Senado da República, para um mandato de oito anos. Em 1955 candidatou-se à governança do Estado e empreendia sua campanha eleitoral quando a morte o surpreendeu, em viagem.

Foi Secretário da Sociedade Brasileira de Criminologia e da 1ª Conferência Brasileira de Criminologia. Secretariou a Revista de Direito Penal e foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; membro da Comissão Especial, encarregada de estudar a legislação de emergência sobre locação de imóveis; membro da Comissão Especial, designada pelo Ministério da Justiça para elaborar Ante-Projeto de reforma dos Serviços Policiais do Território do Acre; membro da Comissão Especial que se destinou a proceder aos estudos relativos à regulamentação da imunidade fiscal dos órgãos autárquicos e, ainda, membro de várias entidades estrangeiras de estudos, como a "American Political Science Association".

Lúcio Bittencourt colaborou na Revista Forense, na Gazeta dos Tribunais, na Tribuna Judiciária, na Revista do Serviço Público, na Revista de Direito Penal e na Revista de Direito Administrativo e nos

jornais "A Manhã" e "Jornal do Brasil", dos quais foi, inclusive, revisor. No campo do direito, publicou dois livros: "Dicionário Enciclopédico de Direito", em colaboração com o Juiz Sadí Cardoso de Gusmão, e "Recurso de Revista", além de grande número de estudos avulsos em publicações técnicas. Sua tese de concurso, nesta Faculdade, foi *Libertas Convinciandi*.

Ingressou no corpo docente da Faculdade, mediante concurso, em 16 de agosto de 1951, quando, aprovado em primeiro lugar, foi indicado ao provimento da cadeira que pertencera a Magalhães Drumond. Nomeado por Decreto de 7 de janeiro de 1952, empossou-se no Ministério da Educação e Cultura, em 4 de fevereiro, mas não chegou a assumir o exercício da cadeira, impedido pelo desempenho de mandatos legislativos sucessivos. Sua vaga, ocorrida com seu falecimento, foi preenchida por Pedro Aleixo, em 1957.

MAGALHÃES DRUMOND

(José de Magalhães Drumond)

Natural de Ouro Preto, nasceu em 20 de janeiro de 1893. Faleceu, em Belo Horizonte, aos 7 de outubro de 1949.

Fêz em Ouro Preto seu curso de humanidades e, posteriormente, bacharelou-se por esta Faculdade, em 27 de novembro de 1905. Formado, deixou a Capital e organizou banca de advogado em Santa Bárbara.

Enquanto advogava, pendia, igualmente, para as questões políticas. Acabou eleito Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara, vindo, a seguir, para Belo Horizonte, onde foi Delegado Seccional do Recenseamento Nacional, em 1920.

Foi professor do Ginásio Mineiro, hoje Colégio Estadual, onde lecionou Filosofia, Psicologia, Instrução Moral e Cívica e História Geral e Português. E suas atividades políticas não tiveram termo, porque, após fazer-se vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, foi levado à Assembléia Estadual de Deputados pelo voto de seus correligionários, ali permanecendo de 1928 a 1930.

Dirigiu o antigo "Diário de Minas" e participou, com entusiasmo, da vida jornalística, mediante colaboração regular, de caráter literário e político, em revistas e jornais. Do ponto de vista jurídico, a colaboração de Magalhães Drumond na imprensa possibilitou a divulgação de temas da maior relevância. Além disso, fêz editar os "Aspectos do Problema Penal Brasileiro", edição da Revista Forense.

Magalhães Drumond foi membro do Conselho Penitenciário do Estado e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Minas Gerais.

Seu ingresso no corpo docente da Faculdade ocorreu em 1º de maio de 1924, após brilhante concurso para docente livre da quarta secção, de Direito Penal e Processo Criminal. Substituiu, várias vezes, o titular da disciplina e, em 25 de maio de 1925, tendo o Decreto n. 16.784-A restabelecido no currículo a cadeira de Direito Penal Militar, Magalhães Drumond foi nela provido, como Catedrático. Mais tarde, a cadeira manteve apenas o título de Direito Penal e êle se conservou nela até licenciarse, para tratamento de saúde. Antes, havia lecionado, ainda, Economia e Finanças, em 1931, e, criado o Curso de Doutorado, fôra provido na cátedra de Economia e Legislação Social, em 22 de maio de 1931.

Com seu falecimento, a cadeira de Direito Penal, do Curso de Bacharelado, foi preenchida por substitutos interinos e, em definitivo, pelo dr. Lydio Bandeira de Melo, que se fêz catedrático, por concurso, empossando-se em 9 de novembro de 1951.

MÁRIO AMORIM

(Mário Augusto Brandão do Amorim)

Nasceu no Estado do Maranhão, em 1865, e faleceu no Rio, aos 30 de julho de 1920.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e, antes de vir para Minas, ocupou o cargo de Juiz de Direito, no Estado do Rio, até 1895.

Em Minas, foi Juiz Municipal em Rio Branco e transferiu-se para Ouro Preto, em 1897. Veiu para Belo Horizonte em 1901 e, dez anos mais tarde, em 1911, começaram a manifestar-se os primeiros sintomas do mal que lhe consumiria a vida.

Residiu por muito tempo em Belo Horizonte e, aqui, tornou-se conhecido e admirado. Dirigiu e participou de várias entidades e associações religiosas e contribuiu, de modo efetivo, na realização de inúmeras obras sociais. Foi membro do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, durante muito tempo.

O traço principal de sua personalidade: a firmeza de seu caráter, de suas convicções e sua estupenda resignação diante da ingrata sorte que o destino lhe reservou, fazendo-o perder a visão quando, no dizer de Augusto de Lima, era "o magistrado integérrimo e notabilíssimo escritor de doutrina jurídica".

Nesta Faculdade, Mário Amorim submeteu-se a concurso e obteve, em 25 de setembro de 1899, a nomeação como Lente Substituto de Teoria do Processo e Prática Forense. Exerceu, além da substituição normal, a regência do Curso Complementar da mesma disciplina, de 1903 a 1905 e, antes, a cadeira de Direito Internacional, em 1902. Criada a cadeira de Teoria do Processo, que a reforma dos Estatutos distinguiu de Prática Forense, foi promovido a Catedrático, em 9 de março de 1914, quando já gozava longo período de licença, impossibilitado, pela ausência da visão, de exercer a docência. Em 20 de fevereiro de 1918 solicitou disponibilidade e a Congregação votou-lhe o título de Lente Honorário, determinando o provimento de sua cadeira, já intitulada Prática do Processo Civil e Comercial, mediante promoção do desembargador Rafael de Almeida Magalhães a catedrático.

MÁRIO DE LIMA

(Mário Franzen de Lima)

Filho de Bernardino de Lima, nasceu na cidade de Ouro Preto, aos 10 de julho de 1886. Seu falecimento ocorreu em Belo Horizonte, aos 3 de abril de 1936.

Mário de Lima fez os primeiros exames preparatórios em Cachoeira do Campo, como aluno do Colégio "D. Bosco". Depois, passou pelos Colégios de Ouro Preto e Barbacena, em 1901, até concluir os estudos fundamentais em Belo Horizonte, no Ginásio Mineiro, em 1902. Em seguida, matriculou-se nesta Faculdade, graduando-se em 2 de dezembro de 1906.

Depois de formado, dedicou-se a pesquisas filosóficas e históricas e viveu intensa vida poética e literária, além de dedicar-se ao jornalismo doutrinário e combatente. Como tal, foi ativo participante da campanha civilista de Rui Barbosa. Depois — e até em meio a essa luta —, foi Secretário do Ginásio Mineiro da Capital e, em seguida, Reitor do Ginásio de Barbacena.

Durante o governo Artur Bernardes, dirigiu a Imprensa Oficial do Estado. Sua saída da repartição, no final do quadriênio, foi das solenidades mais tocantes, porque Mário de Lima fizera uma administração profundamente humana, além de operosa, pois as rendas duplicaram. Deixando a Imprensa Oficial, foi nomeado Diretor do Arquivo Público Mineiro e, logo que empossado, mereceu ser designado para orientar a representação mineira que participou da Grande Exposição do Centenário, certame em que teve notório e destacado relêvo.

Assumindo o governo o Presidente Melo Viana, Mário de Lima foi convocado para chefiar seu gabinete. Nessa fase, ingressou na Academia Mineira de Letras, de que foi Presidente.

Católico praticante e atuante, foi membro operosíssimo da ação social católica, tendo deixado obras características de sua atuação doutrinária nesse terreno, como "O Mito solar nos Evangelhos", "A Mocidade e a religião", etc. Sua bagagem literária é grande, destacando-se "Medalhas e Brasões" (versos), "A Escola Leiga e a liberdade de consciência" (estudo jurídico-filosófico-social), "Dante e a Divina Comédia", "A Escola de Minas de Ouro Preto", "Idéias e Comentários", "Aucenúbios" e "Audiências de Luz".

Contratado para, como professor interino, substituir a Francisco Campos na regência de Filosofia do Direito — em 30 de agosto de 1924 —, Mário de Lima lecionou até 1925. Suprimida a cadeira nesse ano afastou-se do magistério, até quando voltou a vigorar a reforma Carlos Maxi-

miliano. Reassumiu o exercício em 28 de agosto de 1925. Em 1926, ficou em disponibilidade, depois de lecionar Filosofia, mas foi indicado substituto de Direito Romano, em 1º de junho de 1926. Exerceu a cadeira apenas nesse ano de 1926, somente voltando à docência em 1930, para reger Economia e Finanças, nesse período letivo e em 1931. Em Novembro de 1931, foi indicado para reger Ciência das Finanças, do Curso de Doutorado. Permaneceu na cátedra até 1933, quando se licenciou e não mais voltou ao magistério.

MENDES PIMENTEL

(Francisco Mendes Pimentel)

Nasceu a 20 de janeiro de 1869, no Distrito Federal, onde seu falecimento ocorreu em 20 de agosto de 1957.

Estudou as primeiras letras em Pitangui e nos Colégios Providência e Abílio, de Barbacena, neste Estado. Fêz preparatórios em Ouro Preto e no Distrito Federal e diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1889, integrando a mesma turma de Edmundo Veiga, Afonso Ariños, João Luiz Alves, Edmundo Lins, Carlos Peixoto Filho, Herculano de Freitas e Francisco Brant.

Depois de formado foi Promotor em Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, em 1889. Advogou, fêz jornalismo e exerceu o magistério em Barbacena, como lente de História e Pedagogia do Ginásio Mineiro, em 1890.

Em 1895 foi eleito Deputado Estadual, interrompendo o mandato em 1896, para assumir um lugar na Câmara Federal, onde esteve em 1897 e 1898. Depois, venceu concurso para lente de Geografia do Ginásio Mineiro de Ouro Preto e veio para Belo Horizonte, ainda em 1898.

Fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em 1907, e foi seu primeiro Secretário. Dirigiu a Cia. Viação Urbana de Minas Gerais e o Banco Hipotecário e Agrícola, que ajudou a fundar com Estevão Pinto e Juscelino Barbosa. Constituiu, em 1912, a S. A. Colégio Belo Horizonte e, em 1915, promoveu a fundação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, de que foi o primeiro Presidente. Em 1917 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, declinando da investidura por haver sugerido para ela, por parte do Instituto, o nome de ilustre magistrado mineiro. Em 1927, no governo Antônio Carlos, organizou o Conselho Penitenciário do Estado, de que assumiu a presidência. Em 1931 foi novamente convidado para o Supremo Tribunal e não aceitou, mas foi nomeado para a Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Público, no Rio, para onde voltára. Em 1941 ingressou no Tribunal de Ética Profissional do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Distrito Federal e distinguiu-se, em 1942, com sua aclamação para membro honorário do Instituto dos Advogados do Distrito Federal.

Depois de ter sido nomeado árbitro brasileiro na Côrte Permanente de Arbitragem de Haya, declinou do convite para Interventor em Minas Gerais, por ocasião das eleições de 1947.

O nome de Mendes Pimentel ficou indelévelmente marcado na vida da Faculdade, cujos destinos êle norteou, durante vários anos, com constância, firmeza e desprendimento. A sua própria renúncia, conseqüente de

seu cuidado no cumprimento e no respeito à lei e provocada pela incompreensão dos que pretenderam superar a exigência dos exames finais com a insânia e a revolta —, até essa atitude atesta as virtudes que lhe foram características e sua personalidade, que êle próprio definiu assim: "... sempre procurei cumprir o meu dever com exatidão e firmeza, às palavras seguindo-se os atos, quando reclamada a aplicação dos conceitos."

Mendes Pimentel ingressou na Faculdade, como Lente Substituto da quinta secção, em 22 de outubro de 1899. Em 24 de outubro de 1901 foi promovido a Catedrático de Direito Criminal, na vaga aberta com o falecimento de Rodrigo de Andrade. Lecionou sua cadeira, sem interrupção, até 10 de março de 1925, quando os encargos da direção da Escola o obrigaram a licenciar-se. Nesse mesmo período lecionou, mais, Direito Militar e Regime Penitenciário e a segunda cadeira de Direito Criminal, em substituição a Gastão da Cunha, em junho de 1903.

Exerceu a direção da Faculdade, de 13 de dezembro de 1911 a dezembro de 1916. Antes, fôra eleito vice-diretor, em 3 de agosto de 1909, tendo exercido a direção efetiva nos últimos tempos do mandato de Gonçalves Chaves. Em 7 de agosto de 1923 foi reconduzido à administração da Casa, da qual se afastou em 18 de novembro de 1930, após os acontecimentos trágicos que envolveram a Universidade.

Além disso, Mendes Pimentel foi o primeiro Reitor e o organizador da Universidade de Minas Gerais, cabendo-lhe dar corpo e alma à transcendente iniciativa do Presidente Antônio Carlos. Empossou-se em 15 de novembro de 1927, e permaneceu no posto até 18 de novembro de 1930, quando renunciou.

Deixou inúmeros trabalhos no campo jornalístico e político. Contudo, sua bibliografia mais extensa é a jurídica, em meio à qual se destacam inúmeros pareceres:

"Concessão — Contrato — Fôro contratual"; "Natureza jurídica do *habeas corpus*"; "Influência da decisão penal absolutória na instância civil da reparação do dano — Absolvição pelo reconhecimento de lagítima defesa" e a Contestação e Reconvênção na ação rescisória proposta pelo Estado do Espírito Santo contra o de Minas Gerais. Vários de seus trabalhos foram reunidos pela Faculdade quando editou a obra "Lições de Direito Criminal", em 1952.

Em 1940, a Congregação da Faculdade elegeu Mendes Pimentel seu Lente Honorário.

OCTAVIANO DE ALMEIDA

(Octaviano Ribeiro de Almeida)

Nascido em Diamantina, aos 29 de janeiro de 1885, faleceu em Belo Horizonte, aos 19 de setembro de 1940.

Estudou humanidades no Colégio Dom Bosco, de Cachoeira do Campo, e em Belo Horizonte. Fêz o Curso de Farmácia, em Ouro Preto, e, transferindo-se para o Rio, matriculou-se na Faculdade de Medicina, sendo aprovado, com distinção. Sua tese de doutoramento, intitulada "Contribuição ao Estudo da Transformação Vesículo-Uterina", que se baseava nas primeiras operações dessa natureza, no Brasil, fê-lo destacar-se, logo em seguida.

Vindo a clinicar na Capital, logo depois de formado, dedicou-se à cirurgia. Em 1917, foi contratado para lecionar Anatomia Médico-Cirúrgica na Faculdade de Medicina de Minas Gerais. No mesmo ano, fêz concurso para a docência de Clínica Cirúrgica e, em 1920, também para substituto dessa cadeira.

Participou, em 1929, do 10º Congresso Brasileiro de Medicina, comemorativo do centenário da Academia de Medicina, e, nessa oportunidade, apresentou tese que mereceu louvor.

Em 1930, foi promovido a Catedrático de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina, já instituída a Universidade de Minas Gerais. No mesmo ano, assumiu a Chefia do Serviço de Cirurgia da Fôrça Policial do Estado. Prestou efetivos e relevantes serviços à organização e suas promoções resultaram de serem considerados, sobremaneira, seus inequívocos méritos profissionais, testados mediante atividade real e constante.

Foi membro do Conselho Penitenciário do Estado, Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Hospital Militar e membro da mesa diretora da Santa Casa de Misericórdia e seu irmão benemérito.

Publicou dois contos, baseados em temas de sua especialidade: "O Anestesista" e "Sangue do Morto". Além disso, foram considerados brilhantes seus pareceres médicos, sobretudo o que emitiu no processo movido contra o dr. Saturnino Vasques. Outros trabalhos seus, considerados de importância, foram "A propósito de um caso de ferimento penetrante no abdomen de uma criança" (1920) e "Cistocele inguinal" (1917).

Octaviano de Almeida foi Reitor da Universidade de Minas Gerais em dois períodos: de 11 de maio de 1933 a 24 de março de 1934 e, depois, de 19 de setembro de 1935 a 6 de outubro de 1937, quando renunciou, for-

gado por questões universitárias. Escreveu a defesa de seus pontos de vista na questão que, então, se debateu. Fê-lo em publicação que recebeu o título de "A propósito do caso da Universidade".

Octaviano de Almeida foi membro honorário da Academia Nacional de Medicina.

Contratado, pela Faculdade de Direito, para reger a cátedra de Medicina Legal, exerceu-a, em substituição ao dr. Washington Pires, nos anos letivos de 1933 e 1934, primeiramente, e, depois, de 29 de maio de 1935 até o término do ano letivo de 1937. Além disso, participou de várias bancas examinadoras de Higiene, nos concursos vestibulares desta Faculdade.

OLINDA DE ANDRADA

(José Bonifácio Olinda de Andrada)

Filho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que foi Presidente do Estado, Chefe da Aliança Liberal e Presidente da Câmara Federal dos Deputados —, Olinda de Andrada nasceu em 29 de fevereiro de 1904, em Juiz de Fora. Faleceu, a 26 de fevereiro de 1956, no Distrito Federal.

Iniciou os estudos primários com a professora Francisca Lopes, matriculando-se, depois, no Colégio Santo Inácio, dos padres Jesuítas, no Rio. Daí se transferiu para o Colégio Pedro II, onde concluiu o curso secundário, sendo um dos primeiros de sua turma. Depois, matriculou-se na Faculdade de Direito da então Universidade do Rio de Janeiro, bacharelando-se em 1925. Foi o aluno laureado de sua turma, porque obteve distinção em todo o curso.

Advogou no Rio, em Juiz de Fora e em Belo Horizonte, até 1927. Nesse ano iniciou sua brilhante carreira no magistério, com 23 anos de idade.

Foi Secretário Particular de seu pai, o Presidente Antônio Carlos, quando no Governo de Minas. E submeteu-se a concurso para o exercício de cátedra do Instituto de Educação de Minas Gerais, tendo lecionado, ali, de 1928 a 1934.

Em 18 de julho de 1935 foi paraninfo da turma de normalistas da Escola Normal de Rio Novo, em Minas. No mesmo ano, foi nomeado Secretário da Educação do Governo de Minas, empossando-se no dia 6 de abril de 1935, às 15 horas, em substituição a Ovídio de Abreu, que respondia, interinamente, pelo expediente da Pasta. Um ano depois, acumulou as funções de Secretário das Finanças e recebeu, em 11 de julho, expressiva homenagem da colônia juizdeforana.

Em 1940, viajou pela Alemanha e pela França, em excursão de estudos, após o que se transferiu para a cátedra de Economia Política da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Provido naquela cadeira, transferiu-se para o Rio.

Olinda de Andrada fez concurso para a docência de Economia Política e Ciência das Finanças, desta Faculdade, e foi aprovado e nomeado, com 23 anos, em 5 de novembro de 1927. Exerceu a docência até quando, em 1934, fez concurso para provimento definitivo da cadeira que pertencera a Bernardino de Lima e que fôra ocupada, também, por Gudesteu Pires e Magalhães Drumond. Foi aprovado em 3 de julho de 1934 e empossou-se nessa mesma data. Esteve na regência de sua cadeira até junho de 1935, quando solicitou licença. Depois, voltou ao exercício e viu sua cátedra desdobrada, em 1938, tendo optado pela permanência na cadeira de Economia Política, possibilitando a abertura de concurso para a outra de Ciência das Finanças, afinal provida por Bilac Pinto, em março de 1939. Em 1940 exonerou-se e sua vaga foi preenchida, em 1952, por Oscar Corrêa.

OROZIMBO NONATO

(Orozimbo Nonato da Silva)

Natural de Sabará, em Minas, onde nasceu em 27 de dezembro de 1891, Orozimbo Nonato fêz seus primeiros estudos em sua terra e o curso fundamental no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, até 1908. Em seguida matriculou-se nesta Faculdade e concluiu o curso superior em 12 de dezembro de 1911.

Logo depois de formado, foi Promotor de Justiça em Rio Branco e Entre-Rios de Minas. Depois, advogou em Belo Horizonte, durante vários anos, exerceu o magistério e foi membro do Conselho Deliberativo onde, ainda em 1925, sua atuação era notável.

Em dezembro de 1934 foi nomeado Ministro da Côrte de Apelação de Minas, cargo que exerceu até novembro de 1940.

Escritor com lídimo sabor clássico, espírito voltado para as pesquisas históricas, católico praticante e jornalista atuante —, assinalou relevantes êxitos em todos os terrenos em que praticou, em Belo Horizonte, sua privilegiada inteligência. Orador fluente, sempre foi a voz ouvida em tôdas as grandes solenidades, como na de recepção ao Ministro Francisco Sá ou na de acolhida ao arcebispo D. Antônio dos Santos Cabral, quando êste retornou de Roma. Coube-lhe, ainda, fazer o elogio do Presidente Melo Viana, em nome da terra natal de ambos, quando êste ascendeu à Presidência do Estado de Minas Gerais.

Em 1940, deixando a Côrte de Apelação, foi nomeado Consultor Geral da República, função que destacou e enobreceu até que foi elevado, em 1941, à mais alta graduação da magistratura brasileira, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, de que é hoje Presidente.

Orozimbo Nonato ingressou na Faculdade, mediante contrato, como Lente Interino de Direito Civil, em 1º de março de 1925 e teve seu contrato prorrogado em novembro do mesmo ano. Em 4 de outubro de 1926 inscreveu-se em concurso para a docência de Direito Civil e em 29 daquêle mês foi aprovado. Em 1928 foi eleito representante dos docentes na Congregação da Faculdade e, quatro anos depois, vagando-se a cadeira que êle mesmo vinha exercendo, fêz-se Catedrático, por concurso, em 12 de julho de 1932. Criado o Curso de Doutorado, foi provido na cátedra de Direito Civil Comparado, em 22 de maio de 1931, exercendo-a até 1935, quando ficou em disponibilidade nesse curso. Continuou, porém, no exercício da cadeira de Direito Civil, de bacharelado, até 24 de abril de 1940, quando se licenciou. Assumindo a Consultoria Geral da República, sua cadeira vagou-se desde então e o substituiu, interinamente, o docente Valle Ferreira, em 15 de junho de 1950. Em 4 de setembro de 1950 a cátedra foi provida, em definitivo, quando nela se empossou, como Catedrático, o mesmo dr. Vale Ferreira.

PÁDUA REZENDE

(Antônio de Pádua Assis Rezende)

Nasceu em São José do Rio Preto, município de Juiz de Fora, em Minas Gerais, no dia 2 de novembro de 1895. Faleceu no Rio, a 15 de novembro de 1926.

Cursou, inicialmente, o Liceu de Botafogo, o Ateneu Fluminense e o Colégio São Francisco de Paula, no Rio, de 1872 a 1877. Em 1878 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde participou do Clube Republicano e fez intensa campanha de pregação dos ideais que defendia. Transferiu-se, após o 3º ano, para a Faculdade de Recife, onde concluiu o curso, em 1882.

Bacharel, foi à Europa, tendo percorrido, em 1883, França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda e Suíça. Retornou ao Brasil em 1884 e fixou-se no Rio, com advocacia, tendo recusado uma comissão na Europa, que lhe foi oferecida pelo Conselheiro Costa Pereira, Ministro da Agricultura.

Em 1892, a convite do Ministro Fernão Lobo, assumiu a administração postal de Minas Gerais, até 1895, quando pediu exoneração. Em 1893 representou o Brasil na Exposição de Chicago.

Eleito Deputado em 1897, foi reeleito, sucessivamente, até 1905, tendo cumprindo destacada atuação no parlamento federal.

Dirigiu o jornal "Estado de Minas", de 1894 a 1896. Dirigiu, ainda, a Empresa Termal de Poços de Caldas e, mais tarde, a de Caxambú. Em 1908 foi Vice-Presidente da Exposição Nacional e, mais tarde, da Comissão Geral de Propaganda do Café e de outros produtos no estrangeiro e da Exposição de Turim e Roma. Em todos esses congressos, foi apolo-gista dos interesses da agricultura e do serviço postal.

Pádua Rezende publicou vários trabalhos, entre os quais "Indústria Pastoril" e "Relatório sobre os trabalhos da Comissão do Brasil na Exposição Turim-Roma". Foi, também, diretor da Exposição Internacional de 1922.

Como um dos fundadores da Faculdade, coube-lhe a cadeira de Legislação Comparada sobre Direito Privado, do curso de ciências sociais, na qual se empossou em 10 de dezembro de 1892. Licenciou-se em 7 de maio de 1893, para tomar parte nos trabalhos da Exposição de Chicago, como representante dos Correios da República. Depois, licenciou-se por mais 6 meses, a partir de 10 de maio de 1896; por 3 meses, desde 3 de abril de 1898 e, finalmente, por mais 3 meses, desde 16 de

março de 1899. Em 10 de abril de 1900 transferiu-se para a cadeira de Direito Internacional e Diplomacia, mediante, permuta com Camilo de Brito. Regeu essa cátedra até 1906, tendo acumulado a cadeira de Direito Internacional Privado, em 1904. Voltou a licenciar-se, em 19 de abril de 1906, deixando afinal a cátedra para assumir comissões permanentes do governo federal no exterior.

Seu substituto na cadeira foi o dr. Afrânio Otingy de Melo Franco, promovido a catedrático em 1910.

PEDRO MATA

(Pedro da Mata-Machado)

Nasceu em Diamantina, Minas Gerais, aos 29 de janeiro de 1865, e faleceu, em Belo Horizonte, aos 16 de julho de 1944.

Iniciando seus estudos em sua terra natal, seguiu para Ouro Preto, aos 14 anos, para fazer estudos preparatórios. Depois disso, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou, em 27 de novembro de 1889, após curso brilhante e destacado, como participante de uma turma que foi integrada, ainda, por Afonso Arinos, Carlos Peixoto Filho, Edmundo Lins, Francisco Brant, João Luiz Alves e Francisco Pimentel.

Saindo de São Paulo, onde publicou e dirigiu o órgão acadêmico "O Liberal Acadêmico", casou-se em Diamantina e ali exerceu, sucessivamente, as funções de Promotor Público, Presidente da Intendência Municipal e 1º Presidente da Câmara Municipal. Mais tarde, advogou, alternadamente, em Diamantina e Belo Horizonte, alcançando merecido renome.

Convocado por João Pinheiro para as lutas políticas, foi eleito Senador Estadual, exercendo o mandato doze anos, em várias legislaturas. No governo Bueno Brandão, foi Deputado Federal por Minas, de 1914 a 1920. Vindo a Constituinte de 1933, representou nela o Estado e foi membro da Comissão que elaborou a nova Constituição, permanecendo na Câmara até 1937.

Escritor e jornalista, teve, nesse terreno, atividade marcante. Fundou o jornal "Cidade de Diamantina" e dirigiu, ali, a publicação "Idéia Nova". Fundou e dirigiu, igualmente, "A Voz do Povo", em Belo Horizonte, e publicou, além de panfletos, também manifestos, conferências, artigos políticos e matéria jurídica. Apaixonado do problema da fixação do homem à terra, procurou sempre, na cátedra, no parlamento ou na imprensa, elevar a significação e a importância do trabalho rural, combatendo, duramente, o êxodo das populações do interior para os grandes centros urbanos. Foi estudioso de questões econômicas e participou de numerosas iniciativas dessa natureza.

Pedro da Mata-Machado foi recebido pela Congregação da Faculdade, inicialmente, como Lente Substituto, em 16 de outubro de 1910. Mas já exercera a substituição, por contrato, de Direito Internacional e de Economia Política, naquele mesmo ano letivo. Em 3 de setembro de 1917, foi promovido a Catedrático de Direito Romano, preenchendo a vaga ocor-

rida com a renúncia de Edmundo Lins. Exerceu sua cadeira até quando se licenciou, por motivo de saúde, não mais retornando ao magistério. Antes disso, lecionara, também, Economia e Finanças, em 1931.

Após seu falecimento, sua vaga foi ocupada, primeiramente, pelo dr. João Eunápio Borges, como Catedrático Interino, e, posteriormente, pelo dr. Afonso Teixeira Lages, que a conquistou definitivamente e que a assumiu em 29 de junho de 1951.

Grande conhecedor dos costumes, da história e da índole de nosso povo, que sempre soube descrever com mestria, Pedro da Mata-Machado dedicou sua longa vida a ensinar as lições de sua experiência e a prestar à sua terra a inestimável colaboração de seu espírito público.

PINTO ANTUNES

(José Pinto Antunes)

Nasceu, aos 9 de março de 1906, na cidade de Lorena, no Estado de São Paulo.

Aprendeu as primeiras letras na escola pública dos educadores Adolfo Rios e Inês de Aquino Rios e, em 1917, ainda em Lorena, ingressou no Ginásio de São Joaquim, dos Padres Salesianos, onde se bacharelou em Ciências e Letras, no ano de 1922. Logo em seguida, foi para São Paulo, matriculando-se, simultaneamente, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, quando agregada à Universidade de Louvain, e na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Bacharelou-se em Filosofia, Ciências e Letras em 1926 e, dois anos após, em 1928, obteve o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Fêz, ali, brilhantíssimo curso, destacando-se como o primeiro aluno de sua turma, o que lhe valeu ter sido laureado com o "Prêmio Rodrigues Alves".

Após a formatura, foi atraído pela política, participando das lutas cívicas do Partido Democrático. Convocada a Constituinte, em 1934, foi Secretário Geral da campanha "Chapa Única por São Paulo Unido", que sucedeu à derrota militar do povo paulista. No mesmo ano, tendo participado da fundação do Partido Constitucionalista, presidido por Armando Sales de Oliveira, foi eleito, sob sua legenda, Deputado à Assembléia Constituinte de São Paulo. Foi líder de sua bancada e, com o golpe estadonovista de 1937, abandonou as atividades políticas, voltando a dedicar-se, exclusivamente, à vida intelectual.

Completo o Curso de Doutorado na Faculdade de São Paulo e cursou a secção de Ciências Sociais e Políticas da Faculdade de Filosofia, como aluno dos grandes economistas François Ferroux, René Courtin e Pierre Fromont, da Universidade de Paris.

Data de 1941 sua transferência para Belo Horizonte, onde permaneceu até 1956. Nesse mesmo período conquistou a docência livre de Direito Constitucional das Faculdades Nacional de Direito e da Universidade de São Paulo, retornando ao magistério mineiro.

Por fim, em 25 de junho de 1956, foi aprovado em concurso para a cátedra de Economia Política da Universidade de São Paulo, na qual se empossou aos 9 de agosto, paraninfado pelo Prof. Goffredo da Silva Teles Júnior.

Das obras que publicou destacam-se, sobretudo, duas teses de concurso: "Da concorrência desleal na legislação brasileira", com a qual conquistou a cátedra desta Faculdade, em 1941, e "A Produção sob o Regime da Empresa", com a qual se fêz catedrático, em 1956, em São Paulo. Neste último trabalho, Pinto Antunes faz um estudo sôbre a

empresã, do ponto de vista de sua atuação como distribuidora de utilidades e rendimentos, assim como a analisa sob o aspecto da concorrência, fixando-se no exame do problema da disciplina jurídica que envolve a empresã, sob êsse ângulo. Sua tese representa um trabalho doutrinário tipicamente neoliberal, no qual aceita a idéia de que o regime da empresã resulta da atividade econômica dirigida pela liberdade. Outras publicações suas foram "Raciocracia — Forma Científica de Govêrno" (1933); "A Filosofia do Estado Moderno" (1934); "A Filosofia da Ordem Nova" (1938); "Do Sindicato Operário — Apogeu e decadência" (1939); "O Direito da Empresã" (1942); "Introdução Econômica ao Estudo do Direito" (1946); "Os Direitos do Homem no Regime Capitalista" (1947) e "Da Limitação dos Poderes" (1950). Divulgou, ainda, vários estudos, artigos e pareceres.

Nesta Faculdade, Pinto Antunes ingressou como Catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho (hoje Direito do Trabalho), em 1941. Submeteu-se a concurso de provas e títulos, de que foi o vencedor, obtendo indicação para titular da cátedra em 16 de agosto e assumindo-a a 1º de setembro. Exerceu sua cadeira até 16 de agosto de 1956, quando solicitou licença especial (férias-prêmio), depois de mais de 14 anos de atividade ininterrupta, em meio à qual teve oportunidade de reger outras cadeiras, nesta Escola. Com efeito, coube-lhe a regência interina de Economia Política, desde 3 de abril de 1945 até 31 de março de 1951, e lecionou Prática Trabalhista, em 1954. Com a federalização da Faculdade, em 1949, Pinto Antunes foi nomeado integrante do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, como Catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, por Decreto de 7 de junho de 1950, empossando-se em 3 de julho do mesmo ano. Depois, por Decreto de 31 de outubro de 1951, foi nomeado Catedrático Interino, para exercer, cumulativamente, as funções de Lente de Economia e Legislação Social, do Curso de Doutorado, empossando-se em 7 de novembro de 1951, após ter estado em exercício, por indicação da Congregação, desde 3 de abril. Destas últimas funções exonerou-se em 16 de agosto, quando já se empossara em São Paulo, e foi substituído pelo dr. Alberto Deodato. Da cátedra de Direito do Trabalho, que êle mantinha, cumulativamente, com a de São Paulo, pediu exoneração a partir de 12 de outubro de 1956, desistindo da licença-prêmio, em cujo gozo se encontrava. Está sendo substituído pelo docente Javert de Souza Lima.

RAFAEL MAGALHÃES

(Rafael de Almeida Magalhães)

Nasceu em Minas, aos 10 de dezembro de 1866, vindo a falecer, aos 4 de dezembro de 1928, em Belo Horizonte.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1887, tendo sido o aluno laureado de sua turma, que era integrada, também, por João Pinheiro, Carlos de Campos e pelos futuros desembargadores Souza Lima, Alberto Luz e Horácio Andrade, do Tribunal de Minas.

Bacharel, Rafael Magalhães transferiu-se, imediatamente, para a cidade de Macaé, no Estado do Rio, onde iniciou sua vida profissional como Promotor de Justiça, em 1888. Dois anos depois, em 1890, era nomeado Juiz de Direito da Comarca de Campo Belo, em Minas, cargo em que permaneceu, desde aquêle ano até 1898, quando foi assumir idênticas funções na comarca de Mar de Espanha.

Iniciado o governo João Pinheiro, Rafael Magalhães foi nomeado Chefe de Polícia, em 1906. Manteve-se, durante um ano, no exercício da honrosa investidura, após o que foi feito Desembargador da Relação de Minas, com assento na Câmara Civil.

Foi Presidente do Tribunal de Apelação, desde 1923 até sua morte, em 1928.

Ingressou na Faculdade, como Lente Substituto Interino, em 6 de abril de 1915. Em 29 de abril do mesmo ano, foi feito substituto da sétima secção, cabendo-lhe lecionar Processo Civil e Comercial, cadeira que ocupou durante todo o tempo de ausência do dr. Mário Amorim. Com a renúncia dêste, em 1918, Rafael Magalhães foi promovido a Catedrático, em 20 de fevereiro daquele ano. Exerceu sua cátedra até vir a falecer, sendo substituído pelo dr. Lincoln Prates, em 1929, e pelo dr. Cândido Naves, em 15 de julho de 1950.

Hoje, o ocupante efetivo da cátedra é o dr. José Olympio de Castro Filho.

RAIMUNDO CORRÊA

(Raimundo da Mota de Azevedo Corrêa)

Nasceu, em 13 de maio de 1860, na Baía de Mogúncia, nas costas do Maranhão, a bordo do vapor nacional São Luís. Faleceu em Paris, em 13 de setembro de 1911.

Iniciou e concluiu os estudos preparatórios no Colégio Pedro II, do Rio, em que obteve matrícula gratuita e, em 1882, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde teve por colegas, entre outros, Raul Pompéia, Augusto de Lima, Bernardino de Lima e Silva Jardim. Começou a escrever ainda como estudante, colaborando em vários jornais e numerosas revistas de São Paulo.

Formado, transferiu-se para São João da Barra, no Estado do Rio, como Promotor de Justiça. Depois, exerceu a Promotoria de São João do Príncipe e, em 1884, o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos em Vasouras, no Rio.

Em 1889, durante o governo do Conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, foi Secretário da Presidência da Província do Rio. Proclamada a República, lavrou-se contra Raimundo Corrêa ordem de prisão preventiva, medida logo depois reconsiderada, sendo o poeta nomeado Juiz de Direito de Turiassú, no Maranhão. Não chegou a seguir, preferindo sua nomeação para Juiz de Direito de São Gonçalo do Sapucaí, no sul de Minas. Em 1891, transferiu-se para Ouro Preto e, na antiga Capital de Minas, exerceu o cargo de Diretor da Secretaria do Interior, nomeado em 22 de fevereiro de 1892. No governo Prudente de Moraes ocupou, durante dois anos, o cargo de Secretário da Legação Brasileira em Portugal. De regresso, em 1899, foi Vice-Diretor e professor do Ginásio Fluminense de Petrópolis, enquanto se encontrava licenciado na Faculdade de Direito. Depois, foi Juiz da segunda Pretoria do Rio, passando por uma das varas criminais. E, quando faleceu, na Europa, onde se encontrava em tratamento de saúde, era Juiz licenciado da Primeira Vara Cível, no Rio, e membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

Fundador da Faculdade, ingressou em seu quadro docente quando ela se instalou, em 10 de dezembro de 1892, como Lente Substituto de Direito Romano, História do Direito Nacional e Noções de Legislação Comparada sobre o direito privado. Em 1894, aos 17 de fevereiro, passou a Lente Substituto de Direito Criminal, tendo sido promovido a Catedrático em 25 de fevereiro de 1896. Em 13 de agosto de 1897, mediante permuta com Gastão da Cunha, assumiu a cátedra de Direito Público Internacional, de que se licenciou, a seguir, não mais voltando ao exercício dela.

Sua vaga na Faculdade foi preenchida por Estevão Lobo, em 1899.

Numa bagagem poética numericamente pequena, reuniu as mais cristalinas harmonias da rima e as vibrações mais verdadeiras e profundas do sentimento. Sua poesia se resume, tôda ela, em quatro obras: "Primeiros sonhos", "Sinfonias", "Versos e versões" e "Aleluias". Deixou, ainda, um quinto volume, respigado.

RAUL SOARES

(Raul Soares de Moura)

Nasceu em Ubá, Minas Gerais, aos 7 de agosto de 1877, e faleceu em Belo Horizonte, aos 4 de agosto de 1924.

Fêz estudos preparatórios no Seminário de Mariana e no Ginásio de Barbacena, concluindo o curso de humanidades em Ouro Preto, em 1895. Em seguida, matriculou-se nesta Faculdade, frequentando-a até o terceiro ano, quando se transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo. Ali, concluiu seu curso superior, em 1900, tendo sido o orador de sua turma, na solenidade de formatura.

Logo depois, foi nomeado Promotor de Justiça de Carangola, neste Estado. Após algum tempo de exercício, exonerou-se, para dedicar-se à advocacia. Em 1903, mudou-se para a cidade de Campinas, em São Paulo, onde advogou e muito se distinguiu através de conferências literárias, de colaboração e publicações na imprensa e de um vitorioso concurso para lente do Ginásio local. Durante esse tempo, foi convidado para ocupar uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras.

Regressou a Minas em 1910, fixando-se em Rio Branco, onde chefiou o partido situacionista, aderindo à política. Foi Presidente da Câmara de Rio Branco e, depois, Deputado ao Congresso Mineiro, de 1911 a 1914.

A carreira política de Raul Soares seguiu rumo ascensional e, no Governo Delfim Moreira, ocupou o cargo de Secretário da Agricultura, no exercício do qual permaneceu de 7 de setembro de 1914 a 28 de novembro de 1917. Deixou a Secretaria para exercer mandato de Deputado Federal, de onde foi chamado a ocupar a Secretaria do Interior, no governo Artur Bernardes. Exerceu as funções de 7 de setembro de 1918 a 28 de setembro de 1919, quando passou a colaborar com o governo da República, como Ministro da Marinha. Exonerou-se, em 20 de outubro de 1920, e foi, pouco depois, indicado para representante de Minas no Senado da República, sendo eleito em 20 de fevereiro de 1921. Em 21 de março de 1922, Raul Soares foi indicado candidato à Presidência do Estado e apresentou notável plataforma de governo, no banquete que lhe ofereceram as municipalidades. Em 7 de março de 1922, quase por unanimidade, foi eleito Presidente do Estado de Minas Gerais, cargo que desempenhou, com honra e descortínio, até sua morte.

Ingressou no corpo docente da Faculdade, como Substituto Interino, em 24 de março de 1913, para reger a cátedra de Direito Público. Em 18 de dezembro de 1913, foi promovido a Lente Substituto Efetivo da terceira secção e, finalmente, foi promovido a Catedrático de Direito Internacional Privado, aos 15 de janeiro de 1923, para preencher a vaga ocorrida com o falecimento de Virgílio de Melo Franco.

Raul Soares não chegou a reger sua cadeira, porque impedido pelas obrigações do alto cargo de Presidente do Estado. Mas a Congregação prestou-lhe à memória significativa homenagem, após seu passamento, fazendo registrar em ata que “em sua rápida passagem pelo magistério, deixou traços luminosos do alto espírito e da opulenta cultura que o Estado inteiro admirava”, registrando, mais, que, “pouco antes de falecer, no fastígio de uma posição dirigente, declarava que o título de que mais se envaidecia era o de professor da Faculdade”.

O dr. Tito Fulgêncio foi o substituto interino de Raul Soares. Mais tarde, a cátedra de Direito Internacional Privado foi provida, definitivamente, pelo dr. Amílcar de Castro.

REBELO HORTA

(João Gomes Rebelo Horta)

Nasceu, em 24 de agosto de 1854, na cidade de Santa Bárbara, neste Estado, e faleceu no Rio, em 22 de dezembro de 1916.

Fêz o curso de humanidades em Minas e, matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo, recebeu ali o gráu de bacharel em ciências jurídicas e sociais, em 3 de novembro de 1883.

Sendo Gonçalves Chaves Presidente da Província de Minas, Rebelo Horta foi por êle nomeado para o cargo de Procurador-Fiscal da Fazenda Provincial, imediatamente após a conclusão de seu curso. Exerceu-o até 1885, quando mereceu outra comissão do govêrno do Estado, nomeado por João Pinheiro para dirigir o Tesouro, em 8 de julho de 1890.

Sua carreira política iniciou-se em 1891, quando mereceu eleição à Assembléia Constituinte republicana do Estado de Minas Gerais. Mas durou pouco tempo porque, concluído seu mandato, Rebelo Horta era conduzido ao Consulado do Brasil em Rotterdam, na Holanda, cargo que exerceu até 8 de outubro de 1900.

Foi Tesoureiro da Caixa de Conversão, nomeado pelo Presidente da República, em 20 de dezembro de 1906, e Presidente interino do mesmo órgão federal, até janeiro de 1907.

De sua passagem pela Assembléia Mineira ficou, além de outros registros de sua operante atuação, o fato de ter sido signatário, juntamente com Crispim Jacques Bias Fortes e Manoel Teixeira da Costa, do decreto legislativo que determinou a mudança da Capital do Estado para a atual cidade de Belo Horizonte.

Embora não tendo assinado a ata de fundação da Faculdade, esteve representado no ato e presente à sessão de instalação, quando assumiu a cadeira de Direito Romano, em 10 de dezembro de 1892. Em 1º de dezembro de 1896 transferiu-se para a cátedra de Direito Comercial, passando à sua o dr. Donato da Fonseca. Voltou à sua cátedra de Romano, em 10 de julho de 1899, graças à permuta com o dr. Rezende Costa, e lecionou a disciplina até 1909. Nêsse ano, aos 27 de setembro, fixou-se em Direito Civil, indo Virgílio de Melo Franco para Romano. Esteve em exercício até 2 de março de 1911, quando manifestou sua renúncia.

Edmundo Lins preencheu sua vaga, como titular de Direito Civil.

REZENDE COSTA

(João Emílio de Rezende Costa)

Nasceu no município de São João-del-Rei, no distrito que hoje tem seu nome, em 1º de abril de 1846. Faleceu no Rio, aos 24 de março de 1911.

Fêz em São João-del-Rei os primeiros estudos e os preparatórios, matriculando-se, a seguir, na Faculdade de Direito de São Paulo. Concluiu o curso em 1870, e foi logo atraído para sua terra natal, pelos inúmeros parentes que ali deixára.

Ingressou imediatamente na magistratura, cabendo-lhe instalar o Têrmo de Rio Novo. Daí foi removido para Paracatú, onde pôs em execução a reforma judiciária preconizada pela Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871. De Paracatú foi transferido para Goiás, a fim de instalar a comarca de Torres do Rio Bonito (Coxim), onde, pela primeira vez, fêz o recenseamento popular. Depois, foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Jequitaiá, com sede em Montes Claros, de onde retornou, em 1879, a Paracatú, para exercer a judicatura nessa comarca durante 10 anos consecutivos. Ali, teve oportunidade de pôr em execução a lei eleitoral do Conselheiro Saraiva.

Mais tarde, fixou-se, novamente, em Rio Novo, mas por pouco tempo, porque foi logo eleito Deputado Provincial. Em 1886, atuando como parlamentar, combateu projeto de lei que criava a Província do São Francisco, proposta por representação que o "Jornal do Comércio" de 18 de março transcreveu. Sua posição e sua luta evitaram tivesse êxito aquêle primeiro impulso separatista, que desmembraria a atual região do Paracatú, incluindo Pirapora, da comunidade mineira.

Em 1887 fundava a Escola Normal de Paracatú, que instalou e dirigiu sem qualquer remuneração. Em 1890 foi removido para a comarca de Muzambinho, que êle instalou. Rezende Costa recusou casa própria que lhe foi oferecida para ali permanecer e foi transferido para Mariana, onde serviu, até dezembro de 1891, quando recebeu promoção a Desembargador do Tribunal da Relação. Em 1900 exerceria, gratuitamente, as funções de Delegado Fiscal do Governo Federal junto ao Ginásio Mineiro, em Ouro Preto, por nomeação de Epitácio Pessoa, sem prejuízo da magistratura. Ingressando no Tribunal da Relação, Rezende Costa fundou a revista "Justiça", na qual publicou artigos sôbre direito, pareceres e votos.

Entre as tarefas que lhe competiram, destacam-se duas, de especial relêvo: fêz, por incumbência do governo do Estado, o regulamento sôbre o processo executivo fiscal, aprovado pelo Decreto nº 1.415, de 9 de outubro de 1900, que até hoje tem sido modelo das disposições vigentes a

respeito da matéria; elaborou, ainda, a Consolidação das leis referentes à Justiça Criminal, aprovada pelo Decreto de 29 de agosto de 1906, que também subsiste como padrão jurídico no cenário forense, tido como base elucidativa na interpretação das leis.

Ingressou na Faculdade, como Substituto da segunda secção, em 25 de fevereiro de 1896. Em 13 de agosto de 1897 transferiu-se para a quarta secção, de Direito Criminal. Dando-se a vaga de Direito Romano, em 19 de maio de 1899, foi promovido a Catedrático, permutando sua cadeira com Rebelo Horta, em 10 de julho de 1899, e transferindo-se para Direito Comercial. Lecionou sempre sua cadeira, inclusive o desdobramento de Direito Comercial Marítimo, criado em 1904, e o Curso Complementar de Ciência das Finanças, em 1904.

Sua vaga foi preenchida pelo então Desembargador José Antônio Saraiva, em 1911.

RODOLFO JACOB

Natural de Grão Mogol, onde nasceu em 1º de julho de 1870, faleceu em Belo Horizonte, a 20 de março de 1943.

Fêz curso de humanidades em Paris, desde os 11 anos de idade, regressando, em 1888, para revalidar seus exames do curso secundário e matricular-se nesta Faculdade de Direito, imediatamente após sua fundação, em Ouro Preto. Bacharelou-se em 1893, na primeira turma da Faculdade, de que foi orador.

Após formado, dedicou-se ao magistério, lecionando Grego e Francês no antigo Ginásio Mineiro, hoje Colégio Estadual. Ali, exerceu a cátedra desde 1894 até 1933, quando requereu aposentadoria. No mesmo período, foi Secretário da Junta Comercial de Minas Gerais e do Arquivo Público Mineiro. Foi Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas e seu Presidente. Participou do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e organizou, em 1919, o 6º Congresso Brasileiro de Geografia, em Belo Horizonte. Em 1922, foi o dirigente das comemorações do centenário e, em 1934, colaborou, ativamente, na elaboração da Constituição Estadual.

Estudioso das coisas de Minas, organizou um trabalho histórico completo sôbre o nosso Estado e ofereceu-o ao Rei Alberto, da Bélgica, de quem mereceu louvores. Essa obra intitulou-se "Minas Gerais no século XX", e foi publicada em dois volumes. Além disso, Rodolfo Jacob traduziu Saint-Hilaire, Eschewege, Spix e Martius e publicou, como trabalho notável, a "Escrituração Comercial".

Na Faculdade atuou, inicialmente, como Substituto Interino, admitido em 1º de Setembro de 1913, tendo lecionado, nesse ano, Direito Civil e Direito Comercial e tendo participado da banca examinadora do terceiro ano. Em 9 de março de 1914 é que foi nomeado Substituto Efetivo da sétima secção, para lecionar Teoria e Prática do Processo Civil, Comercial e Criminal. Com a reforma do ensino e conseqüente desdobramento dessa cadeira, foi promovido a Catedrático de Processo Civil e Comercial, em 30 de março de 1915. Lecionou outras cadeiras, inclusive Direito Comercial, em 1920 e, depois, em 1926, e Internacional Público, de 1922 a 1925, em substituição a Afrânio de Melo Franco. Em 1931 exerceu a cadeira de Economia e Finanças e, em 1932, foi provido, também, na cadeira de Direito Público (partes especiais), do Curso de Doutorado. Quando a cadeira de Direito Romano foi transferida do Curso de Doutorado, em virtude da reforma preconizada pelo Decreto nº 22.279, de 22 de maio de 1934 —, Rodolfo Jacob exerceu-a, até 1936. Em maio de 1941 foi licenciado, sendo substituído interinamente por Cândido Naves, na cadeira do Curso de Bacharelado, que passara a denominar-se Direito Judiciário Civil. Cândido Naves foi provido nessa cadeira, definitivamente, em 1950.

RODRIGO DE ANDRADE

(Rodrigo Bretas de Andrade)

Nasceu em Ouro Preto, no dia 14 de janeiro de 1871, tendo falecido na Fazenda do Engenho, no distrito de Itaverava, comarca de Queluz, neste Estado, aos 9 de outubro de 1901.

Fêz os preparatórios no antigo Liceu Mineiro de Ouro Preto, após o que se matriculou na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1888, bacharelando-se, em ciências jurídicas e sociais, na turma de 1891.

Fêz-se propagandista incansável da causa republicana, desde os bancos acadêmicos, levando sua colaboração, nesse sentido, à própria imprensa da época. Sua participação no jornal "Movimento", uma das folhas de combate mais resistentes à monarquia, foi considerada de alto valor para a vitória dos ideais que pregava.

De regresso a Minas, em 1892, foi nomeado Secretário da Polícia, pelo Conselheiro Afonso Pena, então Presidente do Estado. Serviu como Chefe de Polícia Interino durante vários períodos, tendo pedido exoneração para candidatar-se a Deputado Estadual, apresentado e apoiado por Sabino Barroso, de quem era amigo. Na representação do mandato legislativo, Rodrigo de Andrade grangeou excelente conceito, como dos mais ardorosos e corretos defensores da causa popular.

Além disso, cultivou, com esmero, o verso, a crítica literária e a prosa, fazendo-o correta e elegantemente e destacando-se, entre as obras que publicou, o belíssimo soneto "Ilusão".

Nomeado Procurador da República em Minas Gerais, faleceu, em 1901, em pleno desempenho de suas funções.

Primeiramente, Rodrigo de Andrade ingressou na Faculdade como Lente Substituto da quinta secção, em 25 de fevereiro de 1896. Depois, foi promovido a Catedrático de Direito Público, em 25 de maio de 1897, quando da renúncia de Afonso Arinos de Melo Franco. Esteve licenciado de 2 de abril de 1898 até 16 de julho de 1899, para exercer mandato legislativo federal, retornando à Faculdade para exercer a cátedra de Direito Criminal, mediante permuta, até o final do ano letivo de 1899. Quando faleceu, sua vaga foi preenchida pelo dr. Mendes Pimentel, em outubro de 1901.

SABINO BARROSO

(Sabino Alves Barroso Júnior)

Nasceu, aos 27 de abril de 1859, em Correntes, no município do Sêrro, em Minas Gerais. Faleceu em Belo Horizonte, aos 15 de junho de 1919.

Estudou humanidades nos Colégios de Diamantina e Caraça e concluiu seu curso de ciências jurídicas e sociais, em 1884, na Faculdade de Direito de São Paulo, de que foi um dos alunos mais distintos. Ali participou, durante seu tempo acadêmico, da comissão de redação de "O Constitucional", mostrando-se, como seus companheiros Tito Fulgêncio e o depois Senador Bueno de Paiva, jornalista de mérito.

Após formado, regressou ao Sêrro e foi logo eleito Deputado Provincial, com duas sucessivas reeleições. Foi, então, líder da maioria conservadora e, em seguida, Presidente da Assembléia, em Ouro Preto. Em 1889, a República encontrou-o como Deputado Provincial. E Sabino Barroso foi eleito para a Constituinte, de que foi o primeiro Secretário e, depois, reeleito Deputado Estadual. Findo o seu mandato, foi conduzido ao Senado, até 1899, quando foi eleito Deputado Federal e sempre reeleito, até agosto de 1901. Nesse ano foi ocupar o cargo de Ministro da Justiça, no governo Campos Sales e, no mesmo período, exerceu, interinamente, o Ministério da Fazenda.

Deixando o ministério, voltou à Câmara Federal, em 1903, mantendo-se nela até 1914. Deixou-a, outra vez, pelo Ministério da Fazenda, no governo Wencesláu Braz, exonerando-se, por motivo de saúde, em 1915. Seguiu para a Europa, em tratamento de saúde, e regressou em novembro de 1916, quando ainda foi eleito representante mineiro na Câmara Federal, na vaga do dr. Joaquim de Sales. Ocupou a Presidência da Câmara em 1909, após a renúncia de Carlos Peixoto, e no posto se manteve até sua morte.

Foi um dos organizadores, com Mendes Pimentel, do "Diário de Minas". Também criou o jornal "O Sêrro" e redigiu vários trabalhos para inúmeras revistas jurídicas.

Fundador da Faculdade, foi seu primeiro Lente de Direito Público e Constitucional, do curso de ciências jurídicas e sociais, desde 10 de dezembro de 1892. Em 6 de janeiro de 1896 passou a reger a cadeira de Hermenêutica Jurídica, quando permutou com Teófilo Ribeiro. Mas voltou à sua cátedra inicial, em 25 de fevereiro do mesmo ano. Finalmente, em 16 de novembro de 1901, permutou com David Campista e transferiu-se, em definitivo, para a cátedra de Direito Civil, que lecionou até à morte.

Seu substituto definitivo foi o dr. Jacques Maciel, em 1922.

SALVADOR PINTO

Nasceu no Estado da Bahia, em 1856, e faleceu, aos 8 de agosto de 1905, em Belo Horizonte, quando contava 49 anos de idade.

Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1885, destacando-se, logo no início de sua vida profissional, como clínico conceituado e humanitário.

Depois de formado, Salvador Pinto fixou residência em São Felipe, então pequena vila, conseguindo elevá-la à categoria de cidade, graças aos seus esforços pessoais e à luta que empreendeu, nesse sentido. O povo de São Felipe, na Bahia, testemunharia, mais tarde, sua gratidão ao grande médico e grande amigo, dando-lhe o nome à rua principal daquela cidade, onde o admirável médico exerceu intensa atividade política e de que foi Presidente da Câmara Municipal e organizador do município.

Mais tarde, foi eleito Deputado ao Congresso Baiano, atuando, decisivamente, no sentido de que o governo prestigiasse o desenvolvimento do município que ajudara a criar e organizar.

Transferiu-se para Belo Horizonte, em 1897, quando se instalava a nova Capital mineira. Aqui foi, mais de uma vez, eleito membro do Conselho Deliberativo. Exerceu, igualmente, funções e comissões do governo, entre as quais a de fiscal dos Instituto de doenças mentais.

Em seus últimos momentos, foi assistido pelo dr. Francisco Sales, então Presidente do Estado, e pelo Senador José Pedro Drumond, seu companheiro da Faculdade.

Ingressou no corpo docente deste Instituto em 22 de outubro de 1899, como Lente Substituto de Medicina Pública, da terceira secção. Exerceu a substituição até pouco antes de falecer, em 1905.

SILVIANO BRANDÃO

(Francisco Silviano de Almeida Brandão)

Nasceu, a 8 de setembro de 1848, na cidade mineira de Santana do Sapucaí, tendo falecido em Belo Horizonte, a 25 de setembro de 1902.

Fêz seus primeiros estudos em Ouro Fino e Jaguarí, seguindo para São Paulo, onde concluiu os preparatórios ao curso de Direito. Preferiu, porém, a carreira médica, matriculando-se na Faculdade de Medicina e graduando-se em 1875.

Estabeleceu-se em Ouro Fino, desde que formado, até 1876. Dali, transferiu residência para Pouso Alegre, onde aprofundou-se nas lutas políticas, que já haviam convocado sua atenção desde os bancos acadêmicos, quando foi um dos signatários da manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870. Fundou em Pouso Alegre, em 1877, um clube republicano. Mais tarde, pertenceu ao Partido Liberal e foi Deputado Provincial, de 1880 a 1881, quando foi eleito Deputado Geral. Em 1884, manifestou, francamente, idéias revolucionárias, assinando e apoiando o projeto de abolição em favor dos sexagenários. Essa atitude impediu sua reeleição no período imediato, mas, superada a crise, elegeu-se, em 1889, Deputado Geral, não tomando posse devido à Proclamação da República.

Iniciado o novo regime, Silviano Brandão foi eleito Senador ao Congresso Constituinte do Estado. A 14 de julho de 1892, assumiu o cargo de Secretário do Interior do governo Afonso Pena e seu nome foi, então, lembrado para a Presidência do Estado. Recusou sua indicação e foi eleito Senador Estadual e Presidente do Senado, de onde saiu, em 7 de março de 1898, para assumir a Presidência do Estado, que não pôde mais recusar. Em virtude dos grandes serviços que prestou a Minas e graças ao seu extraordinário senso administrativo, foi eleito Vice-Presidente da República. Não chegou a tomar posse, impedido pela morte.

Fundador da Faculdade, Silviano Brandão foi seu primeiro Lente de Medicina Legal, empossado em 10 de dezembro de 1892. Exerceu a cadeira até 1894, quando se licenciou e não mais voltou ao exercício, tendo renunciado em 6 de dezembro de 1895. Em Fevereiro de 1896, essa cadeira foi considerada extinta. E, em 28 de fevereiro de 1900, a Congregação deu a Silviano Brandão o título de Lente Honorário.

SOUZA JIQUIRIÇÁ

(Joaquim Inácio de Melo e Souza Jiquiriçá)

Era natural de Baependi, no Sul de Minas, onde nasceu no ano de 1842. Faleceu em Caxambú, aos 5 de agosto de 1894.

Fêz preparatórios no Rio e graduou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Após sua formatura, residiu longo tempo no Estado do Rio, onde ocupou diversos lugares de nomeação do governo e onde exerceu vários mandatos eletivos. Advogou, durante mais tempo, na cidade fluminense de Valença, de onde regressou a Minas.

Em 1888 participou, em Ouro Preto, dos trabalhos de organização do Liceu de Artes e Ofícios. Em 1890 foi nomeado para exercer o cargo de Chefe de Polícia e, em 1891, o de Consultor Jurídico da Secretaria do Interior.

Fundador da Faculdade, foi seu primeiro Lente de Hermenêutica Jurídica e Prática Forense, do curso de ciências jurídicas, e de Prática Forense, do curso de notariado, tendo assumido ambas as cadeiras em 10 de dezembro de 1892.

Desaparecendo no segundo ano de funcionamento da Faculdade que ajudou a fundar, são poucos os registros a seu respeito. Dêle dizia, porém, Afonso Arinos, num dos relatos da vida do Instituto e de seus mestres, que foi um dos lentes mais operosos e distintos.

Sua cadeira veio a ser ocupada, após seu falecimento, pelo dr. Teófilo Ribeiro, em 1894. Foi de Souza Jiquiriçá a primeira vaga ocorrida no corpo docente e a primeira saudade registrada nos anais da novel Academia.

TEÓFILO RIBEIRO

(Teófilo Domingues Alves Ribeiro)

Nascido em Aracati, no Estado do Ceará, a 31 de agosto de 1843, faleceu, em Belo Horizonte, após um século e um ano de vida, aos 12 de setembro de 1944. Dizem os seus biógrafos que Teófilo Ribeiro “não foi um homem que viveu um século; foi, antes, um homem que *soube* viver um século”.

Tendo concluído o curso primário em sua terra natal, partiu para a Inglaterra, onde estudou na cidade de Chester, voltando ao Brasil, em 1864, para matricular-se na Faculdade de Direito do Recife.

Formado, foi advogar em Fortaleza, onde fundou o jornal “Comércio do Ceará”. Partiu, mais tarde, para o Rio, com o objetivo de conseguir a criação de um Banco destinado a facilitar os negócios do comércio e da indústria do Ceará. Não obteve êxito, porém, e resolveu fixar-se no interior de Minas, na cidade de Leopoldina.

Ali se casou, em 1870, transferindo-se, pouco depois, para a Capital do País. A convite de Figueira de Melo, Presidente do Rio Grande do Sul, permaneceu, durante 8 meses, como Secretário da Província gaúcha. Depois, retornou ao Rio e a Leopoldina.

Recomeçou sua vida de advogado na cidade mineira, dedicando-se, ainda, à indústria e à agricultura, até que foi chamado por Cesário Alvim para assumir a direção da Cia. de Chá Vila Rica, em Ouro Preto.

Em 1889, João Pinheiro nomeou-o Diretor da Instrução Pública de Minas. No governo Gama Cerqueira, foi Secretário do Interior. Mais tarde, foi nomeado Diretor da Receita do Estado, cargo em que se aposentou, após exercer, durante algum tempo, a Secretaria das Finanças.

Depois de visitar vários países da Europa, por incumbência do governo Francisco Sales, retornou ao Brasil e publicou, como relatório, um livro que intitulou “A Agricultura no Estrangeiro”. Ainda em missão do governo, esteve, por duas vezes, nos Estados Unidos da América do Norte.

Com destacada atuação no comércio e na indústria, de que foi pioneiro entre nós, Teófilo Ribeiro fundou, em janeiro de 1901, juntamente com Avelino Ribeiro, Francisco de Castro e outros —, a Associação Comercial do Estado, de que foi o primeiro Presidente.

Na vida, como na cátedra, suas atitudes, claras e definidas, foram sempre lições de moral e de direito, porque a sua posição, frente aos homens e à sociedade, foi um exemplo de firmeza, que se não desviou em mais de cem anos de definições. Afonso Pena Júnior — que, a 31 de agosto de 1903, escrevendo-lhe de Paris, recomendava-lhe que “metesse Matusalém num chinelo” — dizia, ao saudá-lo nas comemorações de seu centenário em

1943, que o seu coração era "a mansão da virtude e da alegria cristã, que sempre pulsou pelas grandes causas da liberdade e da justiça e pela grandeza e glória do Brasil".

Teófilo Ribeiro foi um dos fundadores da Faculdade, empossando-se, em 10 de dezembro de 1892, como Lente Substituto da quarta secção. Em 17 de novembro de 1894 foi promovido a Catedrático de Hermenêutica Jurídica e Prática Forense, dos cursos de ciências jurídicas e de notariado, na vaga de Souza Jiquiriçá. Em 6 de janeiro de 1896 transferiu-se para a cátedra de Direito Público e Constitucional, mediante permuta com Sabino Barroso. Voltou à sua cadeira em 25 de fevereiro de 1896, mas permutou-a pela de Direito Nacional, em 1898. Com a reforma de 1900, que reuniu, numa cadeira, as cátedras de Hermenêutica Jurídica e Teoria do Processo, ficou em disponibilidade, tendo atuado apenas mais uma vez, em 1902, como substituto de Filosofia. A Congregação nomeou-o Lente Honorário, após seu voluntário afastamento, em 1917.

TITO FULGÊNCIO

(Tito Fulgêncio Alves Pereira)

Nasceu em Minas Novas, Estado de Minas Gerais, aos 17 de setembro de 1862, e faleceu em Belo Horizonte, aos 22 de janeiro de 1944.

Fêz seus primeiros estudos em Ouro Preto, seguindo depois para São Paulo, onde se formou em Direito, em 1884, com 22 anos de idade.

Deputado, aos 24 anos, em 1886, deixou o cargo, em 1887, para dedicar-se à magistratura. Foi Promotor, Juiz Municipal e Juiz de Direito, em Estrêla do Sul, Paracatú, Carmo da Bagagem, Lavras, Araguari, Leopoldina e São José de Além Paraíba, em Minas Gerais.

Logo a seguir foi nomeado Desembargador. Foi Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e aposentou-se durante o governo Olegário Maciel.

Tito Fulgêncio exerceu, ainda, a advocacia e o magistério. Sobre tudo mestre, lecionou, até sua morte, durante 32 anos, e foi Lente de invulgares qualidades. Ele próprio lembrava, ao divulgar o seu admirável "Programa de Direito Civil", em 1918, com 124 páginas, que a Comissão Diretora da Escola Modelo de Ensino, de Bruxelas, recomendava que não se devia apreciar o ensino "pela quantidade de coisas que os alunos parêcessem saber, mas pela *retidão do juízo* de que dessem provas". E completava: "É à luz desta verdade pedagógica que vem orientada a minha docência. Não tenho como intuito capital encher de noções e mais noções, de coisas e mais coisas a cabeça dos alunos. O que a mim me impuz, como constituindo tôda a substância da minha educação, está nisto: disciplinar o espírito do estudante; ensinar-lhe a ver, a observar, a raciocinar; formar-lhe e desenvolver-lhe o senso jurídico, que é tudo para mim". Inúmeras foram as gerações que se beneficiaram das lições do inesquecível mestre.

Escreveu várias obras, cujas edições, hoje esgotadas, foram publicadas em São Paulo, pela Livraria Saraiva & Cia., dando-lhe reputação de emérito jurista. Os seus livros são preciosos, pela simplicidade da exposição e profundidade do conhecimento. Alguns foram adotados até mesmo no estrangeiro.

Conhecidos além das fronteiras do Brasil e incluindo o nome do nosso coestadano entre os dos maiores conhecedores do direito no mundo moderno, Tito Fulgêncio deixou os seguintes trabalhos: "Programa de Direito Internacional Privado" (1921); "A carteira do eleitor" (1917); "A carteirinha do alistando e eleitor" (1918); "Jurisprudência cambial e formulários" (1925); "Sintaxe de direito internacional privado" (1937); "Desquite" (1938); "Da posse e das ações possessórias" (1922); "Direito de vizinhança" (1925); "Do Direito das Obrigações"

(1928) e o "Programa de Direito Civil", de 1918, que mereceu esta opinião de Clóvis Bevilacqua: "a concepção é a mais científica, as idéias são as mais justas, a classificação a mais lógica".

Tito Fulgêncio ingressou no corpo docente desta Faculdade, em abril de 1906, como Lente Substituto Extraordinário. Em 1º de agosto de 1907, contudo, era nomeado Lente Substituto Efetivo, tendo lecionado várias cadeiras. Em 2 de março de 1910 foi promovido a Catedrático de Direito Público, na vaga deixada por David Campista. Lecionou essa cadeira até 13 de dezembro de 1911, quando se transferiu para a cátedra de Direito Civil, que se vagara com o desaparecimento de Gonçalves Chaves. Lecionou Direito Civil e Direito Internacional Privado até 1921, e, em 16 de janeiro de 1932, foi provido na cátedra de Direito Internacional Privado do Curso de Doutorado, que passou a acumular com a sua. Ao mesmo tempo, lecionou, como substituto, igual cadeira do curso de bacharelado, em 1936 e 1937. Depois, manteve-se apenas na regência do curso de Direito Civil, desdobrando-se no ensino de várias séries. Sua cátedra foi ocupada por Caio Mário da Silva Pereira, em 1950.

TOMÁS BRANDÃO

(Tomás da Silva Brandão)

Nasceu em Ouro Preto, em 22 de abril de 1854, e faleceu em 1917.

Fêz os primeiros estudos em sua terra natal e concluiu-os em São Paulo, onde se matriculou na Faculdade de Direito. Concluiu o curso de ciências jurídicas e sociais em 1888.

Fixou-se em Ouro Preto e ali fundou o Colégio Brandão, em 1888. Dirigiu-o e nêle lecionou, durante algum tempo. Depois, transferiu-se para Barbacena, onde foi professor e Vice-Diretor do Colégio Abílio, dali saindo para a Secretaria e, depois, para a Inspetoria Geral da Instrução Pública em Minas, cargo que exerceu, interinamente, por não ter aceito sua nomeação efetiva.

Foi, com João Pinheiro, Camilo de Brito e outros, fundador da Escola Normal de Ouro Preto, em 1906. Hoje, seu nome está intimamente ligado à história do atual Instituto de Educação do Estado. Fundou, mais, o Ginásio de Ouro Preto e sua Escola Normal anexa. Mais tarde, foi Reitor do Ginásio Mineiro, já em Belo Horizonte, tendo fundado e dirigido a "Revista Escolar".

Tomás Brandão foi, especialmente, um educador, na mais alta expressão do termo. As obras que deixou são, na maioria, em estilo didático. Não obstante, sua atuação literária foi, também, intensa e disso nos deixou exemplo numa magnífica bagagem, em que se destaca o livro de contos "O Sentimento". Publicou, também, vários trabalhos jurídicos, destacando-se, na "Revista da Faculdade", um minucioso estudo sôbre o casamento.

Foi fundador da Faculdade e ingressou em seu corpo docente como Lente Substituto da segunda secção, em 10 de dezembro de 1892. Em 25 de fevereiro de 1896, criada a terceira cadeira de Direito Civil, foi promovido a Catedrático, exercendo-a até 1898, quando ficou em disponibilidade por não haver aluno matriculado para o seu curso. Em 28 de fevereiro de 1899 transferiu-se para a segunda cadeira de Civil, permutando com Virgílio de Melo Franco. Entrou em licença, até 17 de junho, quando renunciou.

David Campista preencheu sua vaga, em 1899.

VIRGÍLIO DE MELO FRANCO

(Virgílio Martins de Melo Franco)

Nasceu em Paracatú, neste Estado, em 1840, e faleceu a 31 de dezembro de 1922.

Primeiramente, diplomou-se em Farmácia, pela Escola de Ouro Preto. Em seguida, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde realizou curso brilhante, bacharelando-se em 28 de novembro de 1866, juntamente com Levindo Lopes, Carlos Otoni e Carvalho Drumond.

Exerceu, durante muito tempo, o cargo de Juiz de Direito, em Goiás. Depois, distinguiu-se no magistério secundário, como docente em Barbacena. Transferindo-se para Ouro Preto, ali inaugurou escritório de advocacia.

Eleito Deputado à Constituinte Mineira, em 1891, tomou parte saliente na discussão da Lei Básica. Mais tarde, eleito Senador Estadual, teve seu mandato renovado, várias vezes.

Advogou também em Belo Horizonte, durante muitos anos. Como escritor, firmou reputação. Publicou vários livros, um deles de estudo das condições naturais de Goiás.

Virgílio de Melo Franco foi o ascendente de uma grande família de juristas, escritores, mestres e políticos de escol. Era pai de Afrânio de Melo Franco e avô do saudoso Virgílio Alvim de Melo Franco e do atual Senador Afonso Arinos.

Foi um dos fundadores da Faculdade, juntamente com seu irmão Afonso Arinos. Ingressou no seu quadro docente como Lente de Direito Civil, do curso de ciências jurídicas, empossado em 10 de dezembro de 1892, e de Explicação Sucinta de Direito Criminal, Civil e Comercial, do curso de notariado. A partir de 28 de fevereiro de 1899 ocupou a terceira cadeira de Direito Civil, permutando com Tomás Brandão. Em 16 de novembro de 1909 passou a lecionar Direito Romano e, mais tarde, Enciclopédia Jurídica, transferindo-se o dr. Rebelo Horta para a sua cátedra. Ocupou a cadeira de Legislação Comparada, a partir de 1º de Fevereiro de 1913, transferindo-se o dr. Camilo de Brito para Enciclopédia. Mais adiante, suprimiu-se Legislação Comparada e criou-se a cátedra de Direito Internacional Privado, na qual Virgílio de Melo Franco foi provido, em 18 de dezembro de 1913.

Após seu falecimento, sua vaga foi preenchida pelo dr. Raul Soares de Moura.